



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**  
**VALDEMIRO DA ROCHA JÚNIOR**

**A POLÍTICA NORTE-AMERICANA PARA O ORIENTE-MÉDIO NO PERÍODO DE**  
**2001 - 2012**

Florianópolis

2012

**VALDEMIRO DA ROCHA JÚNIOR**

**A POLÍTICA NORTE-AMERICANA PARA ORIENTE-MÉDIO NO PERÍODO DE  
2001 – 2012**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Relações Internacionais, da Universidade  
do Sul de Santa Catarina, como requisito para a  
conclusão da disciplina.

Orientador: Prof. José Baltazar Osório de Andrade Guerra, Dr.

Florianópolis

2012

VALDEMIRO DA ROCHA JÚNIOR

**A POLÍTICA NORTE-AMERICANA PARA ORIENTE-MÉDIO NO PERÍODO DE  
2001 – 2012**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, em Curso de Ciências Sociais e Aplicadas, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 2012.

---

Orientador: Prof. José Baltazar Osório de Andrade Guerra, Dr.

Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof.

Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof.

Universidade do Sul de Santa Catarina

## AGRADECIMENTOS

Gostaria aqui de agradecer primeiramente ao meu orientador, o estimado Professor Baltazar, que mais do que orientador serviu-me como um referencial, um norte que ainda pretendo alcançar em minha vida acadêmica, somente com seus direcionamentos e sua objetividade é que foi possível concluir este trabalho. Obrigado grande Mestre.

Gostaria também de agradecer, é claro, a minha esposa, que aprendeu como exercitar a sua paciência comigo neste período, e sempre me incentivou mesmo quando fraquejei, meu muito obrigado a minha companheira de sempre, Paula.

Finalizando preciso também, indiscutivelmente agradecer ao companheirismo de meus colegas e amigos, em especial ao amigo Pedro, pelos vários momentos de apoio e incentivo ao longo de todo curso.

*“Quando os ricos fazem a guerra, são sempre os pobres que morrem”.*

(Jean-Paul Sartre)

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso pretende apresentar uma análise comparativa entre os governos Bush e Obama, tendo como base a Estratégia de Segurança Nacional dos dois presidentes e o foco da análise é direcionado para o Oriente Médio, em específico para os países Afeganistão e Iraque. A análise aborda fatores estratégicos, econômicos e políticos e pretende identificar mudanças e continuidades no posicionamento retórico e empírico dos EUA ao longo dos últimos três mandatos.

Palavras-chave: EUA, Estratégia de Segurança Nacional, Oriente Médio.

## ABSTRACT

This paper intends to present a comparative analysis between the governments of the former president Bush and the actual president Obama, based on the National Security Strategy of the both, and the focus of the analysis is direct toward to the Middle East, in specific countries Afghanistan and Iraq. The analysis is about strategic factors, economic and political and seeks to identify changes and continuities in the rhetorical positioning and empirical of the U.S. over the last three presidential terms.

Keywords: U.S., National Security Strategy, Middle East.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	8
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA .....	10
1.2 OBJETIVOS .....	14
1.2.1 Objetivo Geral .....	14
1.2.2 Objetivos Específicos .....	14
1.3 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO.....	15
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 POLÍTICA INTERNACIONAL .....	19
2.1.1 Política Externa .....	19
2.1.2 Diplomacia .....	20
2.1.3 Manutenção da paz .....	21
2.1.4 Hegemônia .....	22
2.1.5 Balança de poder .....	23
2.1.6 Teorias da guerra .....	26
2.2 SEGURANÇA NACIONAL .....	30
2.3 GUERRA DO GOLFO .....	34
2.3.1 O militarismo enquanto válvula de escape .....	37
3 Anos Bush 2001-2007 .....	40
4 Anos Obama 2008 à 2012 .....	47
5 Considerações finais .....	55
6 REFERENCIAS .....	58





## 1 INTRODUÇÃO

A crise na economia norte-americana, evidenciada no mandato do atual presidente Barack Obama tem suas origens explicadas também por ações de governos anteriores ao deste, porém também não se pode deixar de considerar a participação do atual presidente de alguma maneira, seja na manutenção da mesa crise ou buscando formas alternativas de desvencilhar-se dela.

Um breve histórico da ascensão de Obama ao cargo de presidente, surgindo como candidato em oposição a um regime anterior, fato que já ocorreu algumas vezes nos Estados Unidos, também estará presente no trabalho como forma de ambientar e prover maiores esclarecimentos sobre o assunto.

Algumas das possíveis e mais notáveis políticas e ações que culminaram na presente crise serão objeto de estudo deste projeto, sendo o mesmo estudo concluído na apresentação subsequente do trabalho de conclusão curso.

Os aspectos que serão sistematicamente abordados possuem relação direta a resposta imediata aos ataques ocorridos em setembro de 2001 e a ofensiva militar ao Afeganistão já em setembro do mesmo ano, além da estratégia de segurança nacional adotada pelos Estados Unidos da América (EUA) no ano de 2002, antecedendo a invasão do Iraque. Os custos da guerra para a economia estadunidense, e impacto desta na política internacional e doméstica deste país também serão levantados em dado momento.

Como o foco principal são as ações políticas adotadas no governo Barack Obama para os dois países citados, Afeganistão e Iraque, e os mesmos foram alvo de exaustivas medidas políticas e intervenções diretas realizadas pelo presidente anterior, George W. Bush, fatos envolvendo o conflito armado em 2001 expondo os principais acontecimentos em uma ordem cronológica também serão objeto de pesquisa e ferramenta na construção deste projeto e posterior trabalho.

A “Doutrina Obama” em contraponto a “Doutrina Bush”, sendo esta ultima mais facilmente caracterizada será exposta de maneira a elucidar as diferentes vertentes políticas adotadas pelos dois estadistas.

Dando seqüência na formulação deste projeto serão inclusas informações que ajudarão a compor o objetivo geral e os específicos do mesmo. Além do tema do

trabalho e da questão problema de pesquisa, assim como a justificativa que encaminhou o autor deste estudo para a área apresentada. Tal como os procedimentos metodológicos que serão utilizados na construção e caracterização do trabalho, além de um referencial teórico básico para elaboração do trabalho de conclusão de curso.

## 1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

Em virtude da crise Política e econômica que atinge os EUA no presente momento, se faz necessário a avaliação de alguns aspectos que podem ter contribuído de forma importante para o agravamento e o surgimento da mesma, assim como para um momento de instabilidade mundial devido às incertezas no referido país.

Observamos então que o tema desta pesquisa é o de identificar as ações de Política internacional no governo Obama relacionadas ao Oriente - Médio, atentando principalmente para os ramos da segurança internacional e da política externa.

A eleição presidencial de 2008 foi notadamente um evento histórico, por diversas razões, sendo algumas claramente identificadas e outras necessitando um pouco mais de atenção. Dentre as razões mais óbvias para tornar este um evento singular, estaria certamente a eleição de um Afro-Americano enquanto presidente. Depois de séculos de segregação racial, escravismo repressor e uma negação explícita de direitos, passando-se apenas uma geração depois da revolução dos direitos civis nos anos 1960, poucos cientistas políticos ou outros estudiosos da área apostariam na possibilidade de um homem negro se tornar presidente dos EUA.

A eleição de Obama parece ter ressoado de uma maneira que a muito não se via no cenário político norte-americano. Obama particularmente parecia ter capturado as atenções do mundo mais do que a maioria das figuras políticas americanas, mesmo enquanto ainda era candidato Obama conseguiu atrair a atenção de aproximadamente 200.000 pessoas em um discurso ao ar livre fora de seu país, em Berlim na Alemanha em julho de 2008. Vale destacar também que a eleição de Obama era vista por alguns especialistas em política internacional como uma maneira clara de se afastar o sentimento antiamericano que crescia muito naquele momento, além de outro fato importante para 1.2 bilhão de muçulmanos do mundo que não deixam de enxergar o “H” de Hussein presente no nome de Obama. Esta eleição de um Afro-Americano para a “*White House*” é amplamente aceita pelo continente Africano, que de certa forma tem suas origens lembradas e sua auto-estima reforçada, fato este destacado por diversos especialistas em política externa ao redor do globo.

Seria válida a legitimação das ações adotadas pelo governo George W. Bush, perante a ONU, como no caso da resolução 3314/74 que define “agressão”, somente o artigo 51 da carta da Organização das Nações Unidas (ONU) que trata de legítima defesa não seria justificativa válida para tal intervenção, como apresentado.

Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros em exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.

É importante co-relacionar o art. 51 com o art. 1 da resolução 3314 aprovada pela Assembleia geral da ONU, onde agressão é entendida como “emprego da força armada por um Estado contra a soberania, a integridade territorial ou independência política de outro Estado, de forma incompatível” (Resolução 3314, XXIV, 1974) e a contrapartida adotada pelo governo sucessor, as assimetrias e a continuidade. A política externa de Bush acabou desacreditada mundialmente e o presidente deixou a Casa Branca com altos índices de impopularidade, surgindo Obama com espaço para novas propostas políticas e chances de mudanças. O que efetivamente teria mudado no governo do atual presidente e quais os novos rumos do Estado, além das resistências encontradas pelo governo no âmbito doméstico e internacional serão respondidas a fim de elucidar a questão problema.

Obama em relação ao Iraque, pouca coisa mudou, as ações de seu antecessor geraram naquela região já atribulada uma maior instabilidade, uma possível retirada de tropas já efetivamente agendada e estudada, porém com um gasto de tempo maior, comprometendo o orçamento já apertado do país. Os efeitos

da retirada terão que ser amplamente estudados pois uma evasiva mal projetada culminaria num desastre maior ainda da referida ação.

Quanto ao Afeganistão, primeiramente Obama teve que incrementar as tropas, sinalizando assim um deslocamento do centro da chamada “Guerra ao Terror” para este país e não no Iraque. A “Guerra ao Terror” será mais profundamente explicada no desenvolvimento do trabalho, mas vale salientar que uma guerra contra um inimigo invisível em dadas condições de instabilidade política local é de difícil manejo e caracterização, o tratamento deve ser diferenciado das guerras tradicionais com códigos de guerra e atribuições que legalizam a prática da mesma, o terrorismo não tem uma face clara, ou um Estado que possa ser chamado de inimigo e culpado por ações de grupos terroristas. (WALTZ, 2009)

Com outros Estados como Irã, o presidente Obama tentou primeiramente uma aproximação diplomática, que destoa bastante daquelas que se observavam nos anos anteriores, lembrando que para a administração Bush o Irã compunha o “eixo do mal” (BUSH, 2004).

Esta atitude demonstra uma tendência do atual comando a busca por ações de política externa mais diplomáticas e não somente embasadas em poderio militar, este fato também demonstra que pela primeira vez em anos o governo norte-americano pode distanciar-se de Israel, que notoriamente é muito próximo aos EUA e aos congressistas deste mesmo país.

No âmbito doméstico Obama enfrenta resistências de varias maneiras, não somente quanto as suas tentativas de equalizar a distribuição de renda e demais planos com apelo social, mas também naqueles que podem influenciar diretamente as relações norte-americanas com os demais países. Um exemplo de resistência seria quanto a produção de caças F-22, que quando projetados e desenvolvidos na década de 1980 serviriam para embates aéreos com a extinta União da Repúblicas Socialistas Soviéticas (U.R.S.S.), e que hoje em dia são modelos ultrapassados tecnologicamente, o fato é que a produção do mesmo ocorre em 44 estados dos 50 que compõem o país, então uma ampla maioria de congressistas não deseja que ocorra uma interrupção na produção de um bem ultrapassado que pode comprometer a segurança do país em detrimento de um investimento no seu estado, o presidente Obama lida com este tipo de resistência mesmo em momentos de complicada crise financeira (ZAKARIA, 2009).

O tema abordado nesta pesquisa busca esclarecer o seguinte questionamento: Quais as principais diferenças nas ações de Política externa para o Oriente Médio, especificamente Afeganistão e Iraque, nos governos George W. Bush e Barack H. Obama?

## 1.2 OBJETIVOS

Neste tópico serão expostos de forma clara e sucinta quais os objetivos do trabalho, divididos previamente em objetivo geral, e complementando com os objetivos específicos que levam ao aprofundamento do tema e desenvolvimento da pesquisa.

### 1.2.1 Objetivo geral

O objetivo maior desta pesquisa é analisar a atuação dos Estados Unidos da América (EUA) no Oriente - Médio especificamente Iraque e Afeganistão, para o período de 2001 até 2012.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Com a proposta de complementar o objetivo geral que direciona o presente trabalho, e encaminha a resposta da pergunta de pesquisa, seguem os objetivos específicos:

- 1) Analisar a presença norte-americana no Iraque e Afeganistão no período compreendido entre os anos de 2001 e 2008, governo Bush.
- 2) Analisar a presença norte-americana no Iraque e Afeganistão no período de 2008 até 2012, governo Obama.

- 3) Realizar uma análise comparada entre as atuações dos dois presidentes, George W. Bush e Barack H. Obama em relação aos dois países, Iraque e Afeganistão, considerando fatores econômicos e de política interna.

### 1.3 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

A crise política e econômica que aflige os EUA neste período torna necessária uma análise contundente sobre os aspectos que levaram a este patamar, a magnitude da crise extravasa as fronteiras daquele Estado, fato que torna a compreensão do momento crítico imprescindível aos analistas de todo o planeta.

Uma análise pautada nos conflitos armados em que os EUA se envolveram na última década pode auxiliar na compreensão tanto da crise política quanto de uma parte da crise econômica, os gastos empregados com as intervenções que foram planejadas como de curta duração e excederam em muito o cronograma geraram um déficit a mais que deve ser somado na conta da crise, além do desgaste político no âmbito doméstico e internacional para o mesmo Estado.

Questões como a hegemonia estadunidense deve ser avaliada e a ótica dos conflitos em que se envolveram os dois últimos governos, George W. Bush e Barack H. Obama contribuem de forma substancial para o entendimento desta.

Outro ponto que justifica a construção deste projeto se baliza em anseios pessoais do acadêmico, que com a formulação do projeto e posterior conclusão da pesquisa pretende concluir respondendo a questão levantada na apresentação do problema, além de agregar conhecimentos de suma relevância para a vida acadêmica.

### 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico aqui exposto tem como função descrever os métodos utilizados para obtenção de dados que resultaram nas informações e como as mesmas foram utilizadas no desenvolvimento e elaboração deste trabalho de

pesquisa.

Todas as informações que servirão para compor este trabalho serão subsidiadas por autores reconhecidos em suas determinadas áreas de atuação, e afirmações que os mesmos relatam em suas publicações científicas, onde as mesmas demonstram as formas de pesquisa que este trabalho seguirá.

Este estudo será desenvolvido na forma de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório sobre as questões que envolvam uma pesquisa ampla, onde os objetivos estão centrados em identificar na forma de análise a atuação dos Estados Unidos da América no Oriente - Médio, especificamente Iraque e Afeganistão, para o período de 2001 até 2012.

Segundo Costa (2001, p. 39):

A pesquisa qualitativa é globalizante, holística. Procura captar a situação ou o fenômeno em toda a sua extensão. Em lugar de identificar a priori algumas variáveis de interesse, trata de levantar todas as possíveis variáveis existentes, numa tentativa de enxergar, na sua interação, o verdadeiro significado da questão sob exame.

Em consonância com o autor citado pode-se afirmar ainda que dentro da pesquisa qualitativa não se denota grande importância na maneira como se coleta uma amostra ou se com se determina o tamanho da mesma. Se possível fosse, ou mesmo necessário dimensionar o tamanho de uma dada amostra, a pesquisa deixaria assim de ser qualitativa, e passaria então a ser qualificada como uma pesquisa quantitativa.

Relativo a parte da pesquisa exploratória realizada neste trabalho, Costa (2001, p.43) afirma que: As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (COSTA, 2003).

A pesquisa também possuirá algumas etapas compostas por entrevistas com



alguns teóricos contemporâneos explicitando fatos e apresentando suas teorias, entrevistas estas realizadas por meios de telecomunicação e disponibilizadas em ambiente virtual para a observância de partes interessadas.

Segundo Gil (1999, p.117): É possível definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obter os dados que seriam pertinentes à investigação.

Com o intuito de não perder o foco e delimitar melhor o assunto, tal entrevista está direcionada para a informalidade, para isso Gil (1999, p.119) afirma: A entrevista informal é recomendada nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado.

Complementando a pesquisa com estudos pautados em entrevistas informais, Gil (1999, p. 119) discorre que: Em estudos desta natureza, freqüentemente, recorre-se a entrevistas informais com informantes-chave, que podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais, personalidades destacada entre outros.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No ano de 2003, a conjuntura mundial estava bem diferente dos anos anteriores, o período que estava por acabar era de grande crescimento e prosperidade ininterrupta da economia norte-americana, após uma década de expansão econômica, de 1991 até 2001, quando da explosão da bolha do mercado de ações, e subseqüentemente o ataque terrorista de 11 de setembro às torres gêmeas, escândalos constatando fraudes na contabilidade de grandes empresas, além da gripe asiática que assustava o mundo, tornaram a recuperação da economia uma tarefa muito difícil de concretizar e até hoje inalcançada.

Muito embora poucos cientistas políticos admitam a curta duração do superpoder dos EUA, sempre é bom lembrar a lição dada por Jean-Baptiste Duroselle, de que todas as políticas imperiais têm prazo de validade pré-determinado, os impérios também perecem.

Os últimos e não somente o último governo norte-americano mostra-se incapaz de se impor hegemonicamente ao mundo, vem mostrando-se incapaz de ser hegemônico mesmo entre seus aliados tradicionais.

Existem alguns limites que devem ser respeitados, o limite ético que é expresso no Direito Internacional, mostra uma emergente opinião pública mundial que se levanta contrária aos EUA. E seguindo, além disto, do parâmetro ético da legitimidade e até da legalidade internacional há também a transgressão do limite prático. A racionalidade da guerra, que tem como expectativa a vitória do mais forte, prevista em cenários construídos por teorias realistas dos jogos se vê hoje superada. Ocorreu assim no Vietnã, depois no Iraque, agentes de alta complexidade tornam a tarefa de previsão no conflito e construção de cenários árdua e com um grau de imprecisão que não demonstra eficácia na sua empregabilidade.

Para os estudiosos das Relações Internacionais o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido sistematicamente paralisado. A existência do Conselho serve para amarrar as grandes potências mundiais e assim tornar uma ação militar unilateral mais difícil ou inaceitável pelos outros membros da ONU. A credibilidade de tais instrumentos vem sendo posta em xeque.

## 2.1 POLÍTICA INTERNACIONAL

Neste tópico serão expostos conceitos imprescindíveis para a construção da pesquisa, e posterior desenvolvimento do trabalho de forma clara e fundamentada, autores de reconhecido gabarito serão citados nesta fase do projeto alinhando-se com os objetivos estabelecidos para a conclusão do mesmo.

### 2.1.1 Política externa

Política externa pode ser definida de forma conceitual como sendo um conjunto de ações e decisões de um determinado ator com expressão internacional, que normalmente, mas não necessariamente o Estado, em relação ao estado ou outros atores externos – tais como as OI (organizações internacionais), corporações multinacionais ou atores transnacionais, formulados a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica ou internacional. (PINHEIRO, 2002)

Revelando assim os anseios e idéias dos representantes de um determinado Estado sobre sua participação ou até mesmo inserção no sistema internacional. (PINHEIRO, 2002)

A política externa costumeiramente é considerada como a expressão da política interna de um Estado, continuada por outros meios, num sentido figurativamente “clauswitziano”; mas esse tipo de correlação, quase mecânico em sua formulação, não é necessariamente válido, pois a política externa em alguns casos pode estar claramente dissociada de seus fundamentos internos. Exemplos de governos democráticos que podem perfeitamente projetar-se externamente de modo imperialista, são de fácil observância na atualidade, a exemplo, do sistema colonial britânico, o mais extenso territorialmente no decorrer da era moderna. (ALMEIDA, 2009)

### 2.1.2 Diplomacia

No conceito tradicional de diplomacia, isto é, nas considerações clássicas de política externa, essa relação de dualidade se encontrava entre a política externa e os instrumentos militares, ou seja, o poderio estratégico e bélico de um determinado país frente a sua projeção externa. Já na atualidade, principalmente quando se trata de países emergentes, porém não exclusivamente só destes, sendo válida no jogo diplomático das grandes potências, a relação diplomática deve ser vista como um todo envolvendo basicamente o mundo econômico (indústria, comércio, investimentos, finanças, tecnologia, recursos humanos, enfim, os grandes determinantes da produtividade e da competitividade contemporânea). (ALMEIDA, 2009)

Ainda para ALMEIDA, (2009) a diplomacia não tem por que ser uma exata expressão da capacidade nacional de um Estado em termos diretos de relacionamento, pois a mesma pode compensar, por meio de sua eficiência intrínseca, certas fragilidades inerentes ao Estado apoiado em uma economia ainda em desenvolvimento.

### 2.1.3 Manutenção da Paz

Partindo do pressuposto de que o sistema internacional é anárquico, visão realista propagada por Waltz (1979), é possível dizer que os atores estatais que compõem essa estrutura são soberanos, racionais, dotados de capacidades e poder de barganha. Através de aspectos como estes apresentados, o mundo tem a capacidade de distinguir quais são os Estados mais fortes do cenário mundial, sendo estes responsáveis em grande parte pela manutenção da paz no cenário internacional.

Outro cientista político Nye (2002) explica que na sua concepção poder “é a capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para detê-lo” posteriormente evolui esta idéia com a utilização dos conceitos de *soft-power*<sup>1</sup> e *hard-power*<sup>2</sup>, já que acredita que o domínio destes dois tipos de poder facilita o alcance da posição de potência mais poderosa no sistema internacional.

Com o intuito de desenvolver melhor este conceito, Nye (2002) evidencia que um Estado deve possuir forças militares de grande escala a ponto de poder sobrepujar outro Estado a se comportar de acordo com seus interesses e seus direcionamentos, mas também deve ser capaz de obter tal comportamento por suas relações diplomáticas. Em concordância com essa definição, Nye (2002) também menciona o quão importante é entender o conceito de hegemonia para definir se nesse período pós-Guerra Fria, os Estados Unidos poderiam ainda ser considerados como uma nação hegemônica.

---

1 – Termo desenvolvido por Josph Nye, em 2004, o conceito implica na idéia de que é possível influenciar nações a agirem de acordo com o interesse de outras nações sem o uso da força, utilizando-se apenas de meios políticos e diplomáticos. O sucesso da utilização desse tipo de poder depende em larga escala da reputação do ator que o empregará.

2 – Conceito diretamente ligado ao uso da força ou do constrangimento para obtenção de resultados por parte das nações. Atitudes de força bruta, punição e recompensa são consideradas opções dos Estados para alterar decisões tomadas por nações rivais.

#### 2.1.4 Hegemonia

Segundo o renomado cientista político Nye (2002), para que um país seja considerado hegemônico é preciso dominar as regras que guiam o sistema ou ser capaz de modificar a ordem do comércio internacional. Sendo assim os Estados Unidos não podem ser ainda hoje considerados como uma nação hegemônica. A soma das exigências de Keohane (1986), com a definição de hegemonia dada por Nye (2002), situa os EUA como sendo uma potência de poder superior às outras, mas não como hegemona global.

Esta grande potência deveria assim ser utilizada como um referencial no sistema internacional atual, valendo-se de solidez para garantir o fluxo positivo das outras Nações. Desta maneira, os EUA necessitariam mostrar uma grande capacidade de liquidez financeira para solucionar as crises ocorrentes no sistema, mostrar-se como possível mercado em momentos de crise na economia dos outros países, além de mostrar responsabilidade para com a manutenção e preservação da paz e ainda pré-disposição para cumprir sacrifícios em nome da preservação da funcionalidade do sistema internacional. Entretanto o que acontece é que os Estados Unidos se apresentam como o maior Estado devedor no cenário internacional, sendo este portador de índices de importação muito superior aos de exportação, em início de processo de desindustrialização devido ao movimento de terceirização fortemente implantado na última década por grandes indústrias norte-americanas e queda nos níveis de emprego, finalizando com o fomento à guerra.

### 2.1.5 Balança de poder

O teórico neo-realista Kenneth Waltz (1979), como citado anteriormente observa que o cenário internacional é anárquico e descentralizado e que esta dinâmica serve para produzir um ambiente de competição entre Estados, classificados estes como atores racionais, que mais do que desejarem sua sobrevivência, podem agir com ímpeto de eliminar nações rivais. Tendo esta visão com foco voltado para a segurança dos Estados, Waltz (1979) acredita que o importante para identificar a força de um ator estatal seja a análise da distribuição de suas capacidades, enfatizando na qualidade de liderança do exército, treinamento, soldados, capacidade bélica, tecnológica e econômica, de toda forma estas devem ser analisadas conjuntamente e de forma comparativa com outras nações do sistema internacional.

Waltz (1979) conclui em sua teoria que em um ambiente anárquico, os Estados vêem a guerra como resultado de sua natureza, em virtude de serem todos soberanos os mais poderosos determinam se farão uso da força contra os Estados mais fracos, e como o teórico vislumbra que a vontade mínima de todo Estado é a sua auto-preservação, estratégias militares e econômicas sempre são utilizadas para gerar um balanço de poder. Waltz acredita também que as alianças são instrumentos facilitadores desse balanço, por que podem ajudar na maximização do poder ou evitar sua perda, dessa forma, defende que o balanceamento não é realizado de automaticamente, como acredita Hans Morgenthau (2003), onde os Estados analisam se o mais vantajoso seria uma união com uma potência mais bem colocada dentro do sistema internacional.

Se as nações eram de fato as unidades imutáveis sem vínculos permanentes entre si, e se todas foram motivadas principalmente por uma unidade de maximizar o seu poder, com exceção de um balanceador único, cujo objetivo era impedir qualquer nação de alcançar o poder preponderante, talvez pudesse resultar em um equilíbrio de poder. (WALTZ, 1979, p.119)

Keneth Waltz relata a definição de poder como sendo algo relacionado as capacidades conjugadas que alguns os Estados possuem, deixando evidente que o desenvolvimento da capacidade econômica é de fundamental relevância na segurança de uma nação. A natureza anárquica do sistema internacional acaba

gerando por si só uma estabilidade, uma vez que leva a ordem natural dos Estados, entretanto o estudioso considera ainda que a divisão de poder de maior equilíbrio seja a bipolar, onde a balança de poder dificilmente penderá de desproporcionalmente para o lado de um Estado.

John Mearsheimer (2001) apresenta outra teoria neo-realista, que trata da incessante busca pelas grandes potências por oportunidades de adquirir maior poder, tendo a hegemonia enquanto foco. Assim Mearsheimer classifica-as, em sua maioria, como potências revisionistas, que buscam a alteração no *status quo*. A justificativa do comportamento das grandes potências pode ser encontrada na combinação de cinco elementos.

O primeiro ponto levantado por Mearsheimer (2001) é a anarquia do sistema internacional, uma vez que a soberania dos Estados se justifica pela ausência de um agente regulador superior à autoridade de qualquer nação, o que, para a visão neo-realista não corresponde a um ambiente desordenado. O segundo aspecto seria o fato de que toda grande potência normalmente apresenta uma considerável capacidade militar ofensiva, levando a conclusão de que um determinado Estado pode vir a atacar seu inimigo. O teórico destaca ainda que as nações podem apresentar instabilidade e ser imprevisíveis, dificultando para o Estado estar seguro em relação às intenções de outro. O terceiro ponto está diretamente ligado à capacidade militar, uma vez que a imprevisibilidade só é temida se o inimigo possui armas para atacar.

Estado hegemônico pode ser entendido como uma nação tão poderosa capaz de dominar todos os outros atores soberanos, sendo representada como a única grande potência, já que se esta nação for somente mais forte que as demais, mas podendo ser balanceada, ainda não será considerada como nação hegemônica no sistema. Mearsheimer (2001) conceitua que hegemonia significa dominação do sistema, significando o mundo inteiro.

O poder potencial de um estado tem por base a dimensão da sua população e o nível de sua riqueza. Estes dois ativos são os principais alicerces do poder militar. Rivais ricos com grandes populações são geralmente capazes de construir forças militares terríveis. O poder real de um estado assenta fundamentalmente no seu exército e nas forças aéreas e navais que o apóiam diretamente. Os exércitos são o ingrediente central do poder militar, uma vez que constituem o principal instrumento de conquista e domínio de território. (MEARSHEIMER, 2001, p. 56)



Hans Morgenthau (1948) explica que o próprio desejo de obter cada vez mais poder por parte das grandes potências vai levar equilíbrio de poder. A segurança é o ponto principal na análise realizada por Morgenthau, que foi classificado como sendo um teórico defensivo, tal como é classificado Waltz (2000) e divergindo da linha exposta por Mearsheimer (2001), que é classificado com ofensivo.

Morgenthau (2003) acredita que, seja possível obter influência por outros meios. As explicações se dão através das alianças firmadas e dos armamentos, sendo possível assim conectar aos esclarecimentos da teoria de Mearsheimer (2001). Para estes teóricos, as alianças podem ser opções para se chegar a um balanceamento, mesmo não sendo estas alianças duradouras e servindo somente para conquistar um objetivo próximo em que o Estado não pode alcançar sem um acúmulo de poder.

O dilema de segurança está relacionado intrinsecamente à balança de poder, e pode ser encarado como a situação estabelecida no sistema internacional sempre que um determinado Estado coloca em prática alguma ação que deve aumentar seu nível de segurança. Isto pode ser observado porque, a segurança de um Estado está também diretamente ligada ao nível de poder de uma potência, quanto maior este poder, mais os outros Estados tornam-se vulneráveis e, sendo assim, mais inseguros.

#### 2.1.6 Teoria da Guerra

As Doutrinas Clássicas da Guerra, que aqui serão abordadas de maneira a fornecer maiores subsídios ao entendimento dos eventos que são alvo da pesquisa, são formulações teóricas sobre a Guerra, oriundas do início do século XIX. A transformação dos exércitos da Europa desde os meados do século XVIII, dos armamentos, da tática e da estratégia, foi seguida pelo desenvolvimento de obras de diversos autores em vários países europeus, e suas opiniões sobre as novas maneiras de se conduzir a guerra estavam então apresentadas. Foi neste período que surgiram inúmeras obras relativas aos assuntos militares.

O período conhecido como “clássico”, atinge ao seu ápice com Jomini e

Clausewitz, os dois militares e estrategistas teóricos que deram fundamentação a maior parte do que foi produzido pelos autores deste período. Clausewitz, que foi um general prussiano e o também general franco-suíço Antoine-Henri Jomini tornaram-se autores amplamente reconhecidos e estudados sobre a arte da guerra, sendo os dois comumente citados como antagonistas. Como foram contemporâneos ambos conheciam a produção intelectual um do outro, e em suas obras mais de maior respaldo criticavam-se mutuamente. Por pertencerem ao mesmo período examinaram o mesmo conjunto de fenômenos que compunham os conflitos vivenciados naquele tempo. Este conjunto de teorias, formado por duas abordagens distintas vamos chamar de “A Doutrina Clássica”.

Seis depois de regressar do seu último período de serviço no Vietnã, em 1975 o então Coronel Colin Powell, ingressou na *US National War College*. Passado um ano, a *Princeton University Press* lança uma nova edição em língua inglesa de *Vom Kriege*, ou “Da Guerra”, obra publicada primeiramente em alemão entre os anos de 1832 e 1834, após a morte de Clausewitz.

Powell descreveu “Da Guerra” como “um raio de luz vindo do passado e que ainda ilumina as perplexidades militares do presente” (POWELL, 1981). E o Coronel Powell diz mais sobre Clausewitz para explicar o insucesso no Vietnã;

A mais profunda lição de Clausewitz para minha profissão foi a de que o soldado, apesar de todo o seu patriotismo, coragem e habilidade, representa apenas uma perna de uma tríade. Se as três pernas não estiverem empenhadas – as forças armadas, o governo e o povo –, o empreendimento não pode se sustentar. (POWELL, 1981)

“Da Guerra” foi a obra prima de Clausewitz. Quando se tornou Diretor da Academia Militar, em 1818 já com 38 anos de idade, uma boa parte de seu livro já se encontrava pronta, suas reflexões, e anotações feitas ao longo dos 25 anos de serviço ativo. Clausewitz pensava em escrever uma obra grande, composta de 8 livros, traçando uma teoria geral sobre a guerra. Acabou por falecer antes encerrar sua obra, então sua viúva encarregou-se de compilar e editar.

A guerra, definida por Clausewitz, nada mais é do que o choque de vontades antagônicas que se armam para se contraporem e, assim sendo, ela acontece no terreno daquilo que poderíamos chamar de causas e efeitos psicológicos: as emoções de hostilidade e rancor entre os inimigos; o perigo e a reação de coragem necessária para enfrentá-lo, e as qualidades de liderança do comandante para

conduzir a campanha militar (CLAUSEWITZ, 1984).

Em segundo lugar vem sua característica de ser um intercurso de ações e reações, de entidades vivas e naturalmente opostas, onde o que é planejado com extrema cautela, por um lado, sempre encontra muita dificuldade na execução, pois outra vontade, contraposta, certamente reagirá à execução do que foi planejado, e reagirá normalmente de forma violenta.

Por fim, na guerra tudo a incerteza impera, dada a singularidade e complexidade dos eventos, de cada combate, de cada decisão tomada. Toda a ação acontece, em meio a incerteza. Uma das maiores dificuldades na constituição de uma teoria da guerra está no papel daquilo que Clausewitz designa como o “gênio” militar. Para que se possam tomar as decisões acertadas na condução de uma guerra é necessário ao comando um conjunto de qualidades que são difíceis de reunir em um soldado comum. Este gênio militar não busca por respostas em manuais de teoria militar para balizar suas decisões, são os manuais de teoria que irão, depois dos fatos concretizados, comprovar que aquela decisão tomada era a mais acertada. Ao gênio militar de Clausewitz, duas são as características indispensáveis, em primeiro lugar, o intelecto que deve ser destaque em horas difíceis, e segundo, a coragem de seguir os desígnios gerados por este intelecto em um momento de grande pressão. (CLAUSEWITZ, 1984)

A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer nossa vontade. (CLAUSEWITZ, 1984, p.75)

Na obra de Clausewitz - *Da Guerra* – é encontrada a explicação sobre um termo amplamente utilizado quando se fala no tema da guerra, a “*Trindade de Clausewitz*” que explana sobre; a violência, o acaso e seu caráter instrumental. A violência no caso da dinâmica das forças que constituem a guerra, o acaso que desempenha um papel fundamental nesta dinâmica, e o caráter instrumental da guerra nas disputas entre Estados.

Samuel P. Huntington não faz um ataque direto a teoria de Clausewitz como o faz John Keegan, mas procura se alinhar com este ao estabelecer os conflitos, notadamente com mais ênfase no Oriente Médio, como pertencentes a um grupo definido como “guerra de civilizações”. Para tanto, Huntington desenvolve um novo conceito, o de “guerras de linha de fratura” que viriam a se tornar os conflitos

tipicamente encontrados nas regiões de fronteiras, de atrito entre culturas em choque, como percebido no caso dos palestinos e israelenses.

Examinamos como Huntington aprofunda a definição deste tipo de guerra, que poderia ser classificado em uma tipologia diferente daquela dos conflitos motivados pela disputa do poder. John Keegan argumenta diretamente contra Clausewitz, enfatizando que a guerra é um fenômeno de cultura, resumidamente, seria no plano cultural que a resposta de Clausewitz à pergunta “o que é a guerra” não seria satisfatória para Keegan.

Segundo Keegan isso não é nada surpreendente. Todos nós achamos difícil tomar distância suficiente de nossa própria cultura para perceber como ela faz de nós, como indivíduos, o que somos.(...)talvez pudesse ter percebido que a guerra abarca muito mais que a política, que é sempre uma expressão de cultura,(...) e, algumas sociedades é a própria cultura ( KEEGAN, 2001).

Para o próprio Clausewitz, sua teoria não constitui um fim em si mesmo. Ela é uma parte e serve enquanto instrumento ao seu método para a evolução da compreensão da guerra. A Teoria da Guerra tem como último propósito produzir a análise crítica.

A influência de verdades teóricas na vida prática é sempre exercida mais através da análise crítica que através da doutrina. A análise crítica sendo a aplicação das verdades teóricas nos eventos reais, não apenas reduz a lacuna entre os dois, mas acostuma a mente a essas verdades através da aplicação repetida.

[...] Mas seria delírio imaginar que qualquer teoria pudesse dar conta de toda verdade abstrata, de tal maneira que tudo o que o analista crítico precisasse fazer fosse classificar o caso estudado sob o cabeçalho apropriado. Seria igualmente ridículo que se esperasse que a análise crítica mudasse de rumo cada vez que se confrontasse com os limites da teoria sacrossanta. O mesmo espírito de investigação analítica que cria uma teoria também guia o trabalho do analista crítico, que tanto pode quanto deve incursionar pelo campo da teoria de maneira a elucidar quaisquer pontos de importância especial. A função da análise crítica seria inteiramente perdida se ela degenerasse numa aplicação mecânica da teoria. Todos os resultados positivos da investigação teórica – todos os princípios, regras e métodos – terão cada vez menos universalidade e verdade absoluta quanto mais se façam doutrina positiva. Têm que ser usados quando necessários, e sua propriedade em qualquer caso tem que ser sempre objeto de juízo. Um analista crítico nunca deve usar os resultados da teoria como leis e padrões, mas apenas – como faz o combatente – como auxílios ao juízo. (CLAUSEWITZ, 1862, 1984: II-5: 156, 168).

Foi por através deste método que o comandante foi educado, e aqui é que a teoria deixa de ser apresentada somente enquanto apoio à contemplação do fenômeno e passa então a ser um recurso plausível para ação. Esta análise crítica desenvolvida por Clausewitz é uma resposta ao desafio secular de quanto seria possível compreender sobre as guerras, e de que forma esse conhecimento pode ser usado praticamente e com alguma utilidade. Clausewitz ainda sobre a guerra,

Ninguém inicia uma guerra – ou melhor, ninguém em sã consciência deveria fazê-lo – sem primeiro ter claro o que pretende conseguir com essa guerra e como pretende conduzi-la. (CLAUSEWITZ, 1984)

A teoria da guerra é funcional para a análise crítica de duas maneiras. Primeiramente, é esta análise crítica que articula o arcabouço teórico no cumprimento de sua função pedagógica na formação do intelecto, capacitando-o a pensar sobre a guerra. Segundo, a análise crítica é o método analítico pelo qual a Teoria da Guerra produz verdade. A investigação da guerra é avançada através da articulação das categorias analíticas que orientam o juízo, agora educado, no estabelecimento das relações de causa e efeito considerando os aspectos necessários para a compreensão de um determinado enfrentamento, campanha e guerra. Finalizando, Clausewitz entende que uma última utilidade da análise crítica é seu potencial de desenvolvimento e teste de conceitos.

A guerra atualmente é a guerra de intervenção imperial do século XXI, não possui mais a mesma lógica de simples predação, mesmo se utilizando do instrumento das guerras antigas, a violência. Sendo assim, os inimigos singulares, as individualidades que são abatidas pelas munições de alta precisão, são alvos simples transformados em coordenadas de posicionamento geográfico. A inteligência do míssil *cruiser* se encarrega, seja de um alvo simples como um soldado ou mesmo o próprio ditador.

A guerra de intervenção (ou guerra preventiva) não tem o mesmo objeto das guerras imperialistas do século XIX, na última fase da expansão do capitalismo imperialista, neste caso tratava-se ou da conquista territorial de colônias, ou do ajuste de contas entre potências em sua política de equilíbrio de poder. O objeto da guerra de intervenção imperial, como aquela travada contra o Iraque em abril de 2003, não é a sua destruição absoluta, mas sim a sua assimilação para dentro dos esquemas da hegemonia política e econômica do capitalismo norte-americano.

## 2.2 SEGURANÇA NACIONAL

A globalização se explica com a contemporânea dinâmica de disputa pelo poder. Para Huntington,

O mundo está se tornando um lugar pequeno e, portanto, a interação entre as civilizações está aumentando, elevando também a consciência das diferenças civilizatórias e impulsionando a animosidade entre grupos. (HUNTINGTON, 1997 pg. 54)

Sendo assim, o mundo necessitará optar por um dos lados combatentes quando os diferentes ideais se opuserem, ou se chocarem, ou então a nação que se colocar como mais poderosa irá impor sua vontade e seus ideais sobre as outras. Esse fenômeno pode atingir as várias esferas do sistema, situação essa defendida por Landau (2001), que pontua o fenômeno como multifacetado, multidimensional e diretamente ligado às esferas econômica, política e cultural, influenciando pessoas, assuntos, organizações e empresas para além das fronteiras nacionais.

A maior parte da literatura impressa em sobre o tema de segurança nacional tem como base os conceitos de poder e paz. Existem aqueles a favor de uma abordagem baseada em poder, suas análises são oriundas da escola realista de relações internacionais, que tem como expoentes teóricos como E. H. Carr (1946), Hans Morgenthau (1973) e Kenneth Waltz (1979). Porém também temos os pensadores que favorecem a abordagem pela paz, estando estes mais ligados à escola idealista, que tem seu foco de análise primordialmente concentrado na segurança do sistema internacional, procurando alinhar essa perspectiva com a de segurança nacional. Segundo a perspectiva idealista, reduzindo-se as ameaças externas ao Estado, reduzem-se por consequência as ameaças ao próprio sistema internacional como um todo.

Martin Wight é certamente um dos teóricos que defende e se vale dessa linha de pensamento, nas palavras do mesmo; “se há uma sociedade internacional, então há um certo tipo de ordem a ser mantida, ou mesmo desenvolvida”. Interesse coletivo não é uma falácia, então, segurança pode adquirir um sentido maior, ela pode ser usufruída ou perseguida em comum acordo com diversos Estados. Durante o período da Guerra Fria, muitos acadêmicos tiveram que reforçar a perspectiva de

que vários segmentos do sistema internacional estavam interligados a de tal maneira que a segurança e bem-estar de cada um dependiam do outro.

Os teóricos do idealismo advogam que seu conceito os permite ver não somente o problema em termos holísticos, em oposição à fragmentada visão dos realistas, mas também os idealistas focam suas atenções diretamente na essência do problema da guerra. Sendo a guerra a maior ameaça relacionada ao problema de segurança nacional, a solução para tal problema diminuiria potencialmente este problema da agenda internacional. Portanto, os realistas tendem a observar a segurança como um derivativo do poder, mostrando-se como um ator com poder suficiente que alcança uma posição dominante, adquirindo como resultado sua própria segurança. Os idealistas, por outro lado tendem a ver a segurança como sendo uma consequência da paz. Assim uma paz duradoura teria capacidade de prover segurança para todos no sistema.

Barry Buzan, outro teórico que propõe novas linhas de pensamento sobre o tema de segurança, para ele; segurança é sobrevivência, ou seja, somente se pode falar em segurança quando um assunto é apresentado como sendo uma ameaça real a algum objeto (tradicionalmente, mas não necessariamente o Estado, incorporando o governo, o território e sociedade) (Buzan, 1998, p. 21).

Valendo-se deste conceito afirma que a especial natureza da ameaça justifica o uso de medidas extraordinárias a fim de lidar com ela. Por essa razão, a invocação da segurança tem se tornado a peça chave para a legitimação do uso da força, pois a segurança legitimada tem servido de arcabouço para que o Estado possa mobilizar ou invocar poderes especiais com a finalidade de lidar com uma ameaça existente, sendo esta real ou ainda não concreta, como foi observado em relação à possível presença de armas de destruição em massa (ADMs) no Iraque de Saddam Hussein.

Buzan vai além realizando uma profunda análise de como esse processo ocorre, ao qual ele posteriormente denomina de securitização. Para Buzan, segurança é o movimento que conduz a política para além das regras do jogo estabelecidas e enquadra o assunto tanto como um tipo especial de política, como um conjunto de ações que se executam acima dela.

Securitização deve então ser entendida enquanto uma versão extremada da politização, teoricamente, qualquer assunto público pode ser observado no amplo espectro que vai do não-politizado (onde o Estado não lida com ele e de nenhum modo é tido como um tópico de debate público e de decisões), passando por politizado (significando que o tópico é parte de uma política pública requerendo uma decisão governamental e alocação de recursos), e chegando até o status de securitizado (aqui o tópico é apresentado como sendo uma ameaça existente e confirmada, requerendo medidas de emergência, o que justificaria ações fora dos limites normais do processo político). (Buzan, 1998)

É importante ressaltar, segundo os estudos de Buzan, que todos os Estados estão imersos em uma teia global de interdependência de segurança. Porém como a maior parte das ameaças políticas, e principalmente militares, pode ser mais facilmente percebida em curtas distâncias, a insegurança é mais freqüentemente associada com a proximidade geográfica entre os Estados.

Buzan aprimorou a teoria da segurança regional (Buzan, 1991). Definindo que em termos de segurança, “região” representa um subsistema distinto e significativo de relações de segurança existe entre um grupo de Estados, que tem seu destino alinhado positivamente ou de forma negativa devido a proximidade geográfica de suas fronteiras.

Em decorrência de uma suscetibilidade às influências externas, a elaboração de análises sobre equilíbrio de poderes locais acaba por se tornar menos confiável para a compreensão das relações de segurança existentes na periferia do sistema internacional, em relação ao que ocorre no centro do sistema (Buzan, 1991). Com sua análise o teórico afirma que ao se definir segurança regional, o elemento de maior destaque que deve ser adicionado às relações de poder é o padrão de relações entre os Estados, sendo estas de inimizade ou amistosas.

Estes padrões de relações amistosas ou de inimizade afloram segundo uma variedade de tópicos que não poderiam ser preditos a partir de uma simples consideração de distribuição de poder. Estes padrões variam de eventos específicos como disputas de fronteiras, interesses com populações étnicas afins e alinhamentos ideológicos a ligações históricas existentes há muito tempo, tanto positivas quanto negativas, tais como árabes e judeus, americanos e ingleses e



vietnamitas e chineses. Então quando se adiciona estes eventos ao quadro a dimensão de amistosidade ou inimizade, pode-se ter a uma visão mais clara dos padrões de relacionamento e as características de insegurança ao invés do ponto de vista bruto do equilíbrio de poder. Buzan e Wæver (2003)

O termo complexo de segurança (*security complex*) é utilizado por Buzan para rotular as formações que são resultadas neste processo. E ele define um complexo de segurança como um grupo de Estados cujas principais preocupações de segurança estão unidas de tal maneira que a segurança nacional de cada um não pode realisticamente ser considerada separada das outras (Buzan, 1991). Afirma que a denominação, complexo de segurança, apresenta a vantagem de indicar tanto uma característica do atributo que define o grupo (segurança), quanto a intensidade da interdependência que distingue um grupo dos seus vizinhos. Finaliza explanado que complexos de segurança dão maior ênfase a interdependência tanto de rivais como de interesses compartilhados. Buzan e Wæver definem um Complexo Regional de Segurança como;

A set of units whose major processes of securitization, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another. (Buzan e Wæver 2003, p. 44)

Buzan se vale da teoria de Huntington para abordar uma questão importante, quando trata dos laços culturais, assim como raciais que poderiam ser um fator para a identificação de complexos de segurança. Porém Buzan afirma que parece não ser provável que estas características culturais ou raciais de um determinado grupo de Estados poderiam levá-los a preocupar-se mais com uns do que com outros, ou então a legitimar intervenções mútuas nos assuntos de segurança uns dos outros. Entretanto, afirma que é possível encontrar evidências de que culturas, tais como a árabe e a latino-americana, provavelmente facilitam e legitimam a interdependência de segurança em um grande grupo de Estados (Buzan, 1991, p. 196-7). Porém conclui que, ao se definir a forma e estrutura de complexos de segurança, estas duas variáveis são padrões secundários, e não os primordiais.

## 2.3 GUERRA DO GOLFO

Os crescentes conflitos entre o Ocidente e o mundo árabe são alvo de inúmeras interpretações. Quando da primeira intervenção norte-americanas no Iraque, no início da década de 1990, até os dias de hoje se discute quais seriam as verdadeiras razões das animosidades entre estes dois “mundos”. Justificativas religiosas, e até interpretações exclusivamente econômicas são algumas das muitas razões apontadas para os conflitos. Uma das mais difundidas interpretações foi elaborada por Samuel P. Huntington, detalhadamente explanada em sua obra “O Choque de Civilizações”, onde relata que a maior parte dos conflitos mundiais surgiria das divergências culturais, e estabelece conceitos como linhas de fratura.

Huntington em “O Choque de Civilizações”, define aquilo que chama de “guerras de linha de fratura”, como sendo aquele tipo de conflito que ocorreria nos pontos de atrito, onde civilizações diferentes, pelo mais variados motivos, entram em choque, seja no conflito armado ou primeiramente em um estágio mais moderado, apesar de citar diversos autores na tentativa de definir o que seja uma civilização. (HUNTINGTON,1996).

Para Huntington, civilização é o maior grupo com o qual um indivíduo pode identificar-se. Estando acima da civilização apenas a identificação como espécie humana. Portanto, as civilizações são os maiores agrupamentos humanos possíveis, que não mantêm necessariamente uma homogeneidade, mas que possuem alguns fatores de identificação em comum. Estes elementos comuns podem ser a língua, a ascendência étnica, o passado histórico ou até mesmo o elemento mais presente, a religião. Segundo Vesentini (2003), Huntington aponta oito grandes civilizações remanescentes dos 21 grupos civilizacionais identificados por Arnold Toynbee ao longo da História.

Os conflitos de linha de fratura, explicados por Huntington, são conflitos comunitários entre Estados ou grupos de civilizações distintas. Estas guerras de linha de fratura são conflitos que evoluíram de forma violenta, podem acontecer entre Estados, entre grupos não governamentais e entre Estados e grupos não-governamentais.

E Huntington segue dizendo ainda,

As guerras de linha de fratura compartilham de algumas, mas não de todas, características das guerras comunitárias em geral. Elas são conflitos prolongados.(...).Como elas envolvem questões fundamentais de poder e de identidade de grupo, são difíceis de resolver através de negociações e acomodações.(...) As guerras de linha de fratura são do tipo para-e-recomeça, que pode eclodir numa imensa violência e depois ir diminuindo para uma guerra de baixa intensidade ou hostilidade soturna, para novamente eclodir. As chamas do identidade e do ódio comunitário raramente são extintas por completo a não ser através do genocídio (HUNTINGTON,1996).

Não por acaso, com o fim da União Soviética, como afirma Huntington, eclodiram inúmeros conflitos de ordem nacionalista e/ou religiosa nas antigas repúblicas socialistas.

Se faz necessário reconhecer que Huntington foi cirurgicamente preciso ao prever os crescentes conflitos entre a civilização Ocidental e a civilização Islâmica, mas a justificativa civilizacional parece perder um pouco de força diante dos fatores econômicos. O choque entre as civilizações parece estar mesmo em curso, mas ainda é uma idéia difícil aceitar de que as diferenças civilizacionais (culturais e religiosas) sejam responsáveis por estes novos conflitos. O próprio teórico admite algo nesta linha;

O choque das civilizações, portanto, ocorre em dois níveis. Em nível micro, grupos adjacentes ao longo das linhas de cisão entre as civilizações lutam, muitas vezes com violência, pelo controle do território (...). Em nível macro, Estados de diferentes civilizações competem por poder militar e econômico, lutam pelo controle de instituições internacionais e promovem, competitivamente, seus próprios valores políticos e religiosos (HUNTINGTON, 1994).

Uma visão exposta no choque das civilizações, mais pessimista e até extremada expressa a idéia que Europa e Estados Unidos deverão se unir ideologicamente ou serão suprimidos. O pano de fundo desta ideologia de Huntington é o petróleo, pólo de convergência dos interesses econômicos ocidentais, que se compõem, segundo o teórico, enquanto o “eixo do bem”. É o combustível da guerra contra fanáticos religiosos e terroristas geograficamente localizados do outro lado, o lado do “eixo do mal” (HUNTINGTON, 1994).

Para explicar a Guerra do Golfo, a segunda sob o comando de um Bush, neste caso referindo-se ao 43º presidente norte-americano George W. Bush, é necessário compreender acerca da “Doutrina Bush”.

A Estratégia de Segurança Nacional (ESN) dos EUA ou como ficou conhecida “Doutrina Bush” – que foi apresentada ao Congresso norte-americano pode ser sintetizada em dois principais pontos.

O primeiro é que os EUA não permitirão que outro país desafie sua superioridade militar. Entretanto vale lembrar, a respeito, que o país atualmente se sente ameaçado não pelos países mais fortes, como ocorria na Guerra Fria, e sim pelos mais fracos, em uma perigosa combinação de radicalismo com tecnologia.

O segundo ponto de destaque fala que os EUA não confiam apenas em sua capacidade de reação. Têm de impedir que seus inimigos ataquem primeiro.

Esses dois pontos garantem aos EUA a retirada das decisões político-militares norte-americanas da competência de organizações internacionais, caso não ratifiquem a ação pretendida pelo mesmo. E, vale destacar ainda, a crise doutrinária no campo da defesa, de reduzida legitimidade interna e externa, o que nos revela a fragilidade com que se afirma o poder imperial, antiga versão na atualidade.

Uma categoria de países estava na mira dos EUA quando da formulação desta ESN, seriam Estado que pudessem estar envolvidos em atos de genocídio, em violações graves dos direitos humanos ou na proliferação de armas de destruição em massa (NSS, 2002).

A Doutrina Bush afirmava que estados que manifestassem tais comportamentos, estariam violando as responsabilidades inerentes à soberania, e então deixavam de beneficiar da proteção que esta soberania concede aos Estados, sendo assim poderiam sujeitar-se a uma intervenção por parte da comunidade internacional, ou por um país agindo em seu nome (NSS, 2006).

Esta estratégia de segurança adotada pelos EUA, baseada na reação direta aos ataques terroristas de 2001 mostrou-se como algo mais profundo do que somente o combate ao terror global, foi uma ação coordenada que visava manter o poder político adquirido no final da Guerra Fria (FLYNN, 2008).

Entre outras medidas que podem ser consideradas unilaterais e também preocupantes, a doutrina defende utilização da guerra preemptiva. Porém, ao utilizar este termo em seu discurso o faz de maneira confusa, demonstra que referir-se a uma política preventiva ao invés de preemptiva. Principalmente, em virtude da sua predisposição em atuar sozinho independentemente de alguma deliberação da comunidade internacional e da intenção de investir contra ameaças consideradas potenciais pelo Estado. (FLYNN, 2008).

A Doutrina Bush demonstra ainda a possibilidade de recorrer à força para garantir as novas diretrizes que estabelece. Aqui se cria uma confusão conceitual ao dizer-se preemptiva, os EUA admitem que será por meio do terrorismo e obtenção de armas de destruição em massa que seus inimigos minarão a sua superioridade bélica e os chantagearão, atentam para o fato de que não podem permanecer em uma posição de espera, para então reagir, devendo assumir uma postura ativa, eliminando a possibilidade de um ataque inimigo primeiro e também afirmam que estarão prontos para agir contra ameaças emergentes mesmo antes que estas sejam executadas (NSS, 2006).

Tendo como base estes motivos desejam apoio da comunidade internacional, mas ressaltam que não se furtarão ao uso de preempção, considerando como legítima defesa. É possível perceber que os EUA projetam-se um passo a frente da preempção como definido pelos autores. Não querem esperar até que a ameaça seja iminente, pretendem atuar preventivamente, deixam claro em seu discurso que não estão pretendendo mais reagir a um ataque, e sim atuar antes que esse atinja suas fronteiras, preservando mais do que a integridade física de sua população, evitando que sua posição política seja ameaçada. Descartam a ajuda de organismos internacionais, concentrando em si a responsabilidade de garantir sua própria integridade. Com isso os EUA desejam decidir quando e como enfrentar as ameaças futuras, o texto inclui a oportunidade de travar guerra contra seus possíveis inimigos caso vejam a necessidade para tal. Quando escolhem este caminho assumem uma política preventiva e não preemptiva.

A clara a confusão acerca do conceito fica evidente, apesar de referir-se a preempção, o que se defende na doutrina é a prevenção. Alega que se deve ampliar o conceito de ameaça iminente, suprindo então as necessidades do contexto no qual esta inserida. Mesmo havendo incerteza sobre quando e onde o inimigo poderá atacar, os EUA agirão preemptivamente. Faz-se importante ressaltar que a maioria dos autores ao comentaram sobre a Doutrina de Bush, apontaram que o conceito de preempção foi empregado de modo errôneo ou por acidente, ou de forma deliberada (GRAY, 2007).

A intervenção que ocorreu no Iraque foi vista como uma etapa no rearranjo do Oriente Médio. Os *muhahidin* anti-comunistas no Afeganistão foram financiados pelos EUA durante a guerra fria com o intuito de combater o comunismo e a presença da URSS naquela região. Posteriormente a esse fato, com o surgimento do *Taliban* que chegou ao poder, a *al-Qaeda* propõe a batalha entre os muçulmanos e os ocidentais. Nesta que seria uma nova cruzada, o até então aliado do ocidente Osama Bin Laden passa agora à condição de terrorista. O mesmo ocorreu em relação ao ditador Saddam Hussein, que foi apoiado pelo secretário de defesa dos EUA durante a guerra Irã/Iraque. Saddam passou em pouco tempo, após a guerra, a ser identificado como responsável por ações de terrorismo de estado contra a população indefesa.

### 2.3.1 O militarismo enquanto válvula de escape

Uma possível maneira de equilibrar as contas do Estado, no caso de Estados produtores de armamentos, seria uma busca pelo militarismo, gastos com os diversos insumos e serviços relacionados ao setor.

As vantagens seriam diversas, alguns autores até admitem uma possibilidade de que os EUA intervenham em determinadas regiões do planeta com a intenção exclusivamente de fazer uso de seu poderio bélico para tirar proveito dos ganhos econômicos com guerra. Alguns autores especulam e até aceitam ainda a possibilidade de que a própria Guerra Fria tenha sido arquitetada por Estados Unidos e União Soviética para benefício mútuo,

(...) um volume cada vez maior de literatura histórica vem acumulando provas convincentes que mostram que a Guerra Fria foi criada deliberadamente e fraudulentamente pelos políticos, pelos capitalistas e pela imprensa controlada pelo capitalismo norte-americano (HUNT, 1981).

Hunt, vai além em seus questionamentos sobre o militarismo,

(...) a correlação entre variações dos gastos militares e instabilidade cíclica do capitalismo é muito significativa. Parece haver pouca dúvida de que o militarismo tem sido o equivalente capitalista contemporâneo das pirâmides do Egito e das catedrais da Idade Média. É este militarismo uma resposta necessária às exigências internacionais ou os gastos militares têm características peculiares que os tornam particularmente eficazes como formas desejáveis de gastos governamentais? (HUNT, 1981, p.446)

Alternativas para o investimento estatal sempre estão sendo alvo de estudo por acadêmicos ao redor do globo, neste momento de crise pronunciada na economia norte-americana vale destacar o apontado por Keynes, sobre a opção histórica do Estado norte-americano, especialmente quando ascendem ao poder as alas mais conservadoras e extremistas da política norte-americana, tem sido o militarismo. Ao mesmo tempo, os EUA, ao longo das últimas décadas e especialmente depois do fim da Guerra Fria, tem assumido um papel de interventor mundial, seja para apaziguar conflitos históricos ou criar novos. Esta opção pelo militarismo e pelos investimentos no setor bélico possui inúmeras vantagens do ponto de vista econômico e político: a opção pelo militarismo.

Alguns aspectos levantados por Hunt que mostram vantagens na busca pelo Estado militarizado merecem destaque.

O Estado militarizado estimula a procura agregada, sem distribuir a renda para os pobres. Em um Estado militarizado nunca poderá haver grande quantidade de armamentos muito sofisticados, as pesquisas financiadas pelo governo estão sempre tornando obsoletos os armamentos, e histórias de horror convencem quase todo o povo de que a continuação da escalada da corrida armamentista é absolutamente necessária para a sobrevivência (HUNT, 1981).

Outro aspecto importante relatado por Hunt é quanto a indústria de bens de capital que continua funcionando quase que a plena capacidade pela produção militar, no entanto, isto não aumenta a capacidade produtiva da economia capitalista e, piora o problema persistente do excesso de capacidade de produção agregada.

Como praticamente toda a produção militar é feita por empresas privadas gigantescas (ou subcontratadas com empresas privadas menores), não concorre com os lucros privados, ao contrário, reduz a anarquia do mercado livre, dando às empresas uma procura básica e estável, não sujeita às oscilações do mercado.

Embora não se tenha como obter dados estatísticos precisos para fundamentar esta afirmativa, Hunt afirma que a maior parte das evidências indica que a produção militar dá mais lucro que a produção para mercado livre.

É necessário possuir grandes aparatos militares para manter e aumentar a “esfera de influência” dos países capitalistas no mundo, com o que se pode assegurar investimentos lucrativos no exterior e termos de troca muito favoráveis.

Finalizando os aspectos destacados, sabe-se ainda que o patriotismo e o militarismo estão possivelmente entre os meios mais eficazes de manter os empregados dóceis e promover, entre os operários, a idéia de que seus interesses estão em harmonia com os interesses dos capitalistas. (HUNT, 1981, p.447)

Existem saídas mais plausíveis para se desvencilhar da crise, porém não agradam a todos ou não agradam aqueles que detêm o poder de decisão.

Se o Tesouro enchesse garrafas velhas com cédulas bancárias, depois enterrasse as garrafas a profundidade conveniente, em minas de carvão abandonadas e, em seguida, aterrasse as minas até a superfície com entulhos da cidade e deixasse as empresas privadas, experientes nos princípios do Laissez-faire, entregues ao trabalho de desenterrar as notas (...) não haveria mais desemprego (...). Evidentemente, seria mais sensato construir casas e coisas do gênero, mas se há obstáculos de natureza política e prática que impossibilitam isso, antes enterrar as notas que nada (KEYNES, 1978).

De acordo com autores citados anteriormente se pode verificar que a militarização do Estado torna-se uma via acessível em tempos de crise, mas que também poderia se investir em alternativas diferenciadas na intenção de recuperação do crescimento econômico que não levassem a desconfiança e instabilidade do sistema internacional.



### 3 Os anos Bush 2001 à 2007

No intuito de embasar os fatos que ocorreram naquele período se faz válida uma explanação acerca da ascensão do então presidente George W. Bush ao poder, assim como alguns fatos relevantes do cenário norte-americano e mundial que corroboraram para a chegada do mesmo à casa branca.

Durante o longo pleito presidencial norte-americano do ano de 2000, poucos analistas políticos, dentro e fora dos EUA, apostariam em uma mudança radical na política norte-americana. Certa tranquilidade indicava uma perspectiva de continuidade da agenda democrata, contando com uma vitória fácil do candidato da situação, Al Gore que fora vice-presidente de Bill Clinton, e que viria a ter como seu adversário, o pouco experiente na política e republicano George W. Bush, filho do ex-presidente George Bush. Naquele momento os republicanos não eram tidos como adversários muito fortes, devido a popularidade do presidente Clinton que se mantinha em alta pelo sucesso econômico, a reforma externa e o país novamente demonstrava caminhar na direção certa aos olhos de boa parte do mundo.

Porém o que se viu no momento seguinte é que este pensamento não era unânime, e nem representava a maioria necessária para garantir a Al Gore a presidência, observando-se justamente o oposto. De certa forma, subestimado por seus adversários e também contando com o afastamento de Clinton da campanha de Gore, George W. Bush foi além de conquistar Casa Branca, ele o fez com uma pauta totalmente distinta daquela apresentada pelos adversários democratas. Tendo como base o pensamento neoconservador, a pauta de Bush falava dos princípios morais da nação, simbolizados no Internacionalismo Diferenciado e no Conservadorismo com Compaixão (PECEQUILLO, 2005).

Ao invés de continuidade, o que se viu foi a descontinuidade, e uma América dividida, em pouco tempo, um evento que marcaria história americana para sempre levou o país a uma realidade de vulnerabilidade e a um apoio quase que incondicional ao novo presidente, foram os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001. Desta data em diante iniciou-se uma guerra contra o inimigo invisível, o terrorismo global, tornando mais válida a visão de mundo ideal compartilhada pelo partido republicano.

O resultado foram dois grandes e caros conflitos militares, Afeganistão e Iraque, a implementação da Doutrina Bush, a reeleição, a fragmentação da sociedade com grupos bem divididos em cada lado, e a nação hegemônica em rota de colisão com quem estivesse em seu caminho.

Quando se realiza uma análise da agenda Bush nota-se uma proximidade ao que se tinha no governo Reagan, assim que chegou ao poder junto com Dick Cheney como seu vice, Donald Rumsfeld no departamento de defesa, Collin Powell no departamento de Estado e Condoleezza Rice no conselho de segurança o presidente iniciou a implantação da “Doutrina Bush”. O início do mandato revelava baixos níveis de popularidade e mostrava que a população que ainda sentia o trauma eleitoral de 2000 e uma insatisfação com as medidas recém adotadas, como a impopular rejeição ao Tratado de Kyoto, o Tribunal Penal Internacional, a implantação do sistema de defesa anti-mísseis e as tensões com a China. Muitos estudiosos já consideravam que a presidência de Bush terminara mesmo antes de começar, e acreditavam que o mesmo não faria sucessor na eleição seguinte, em 2004 (PECEQUILO, 2005).

Fato que poucos poderiam prever num cenário realístico era o que estaria por vir, e que mudariam completamente a situação do então Presidente Bush, os ataques terroristas de 11/09, estes ataques mostraram ao mundo e mais intensamente aos norte-americanos a perda da invulnerabilidade. Os neo-conservadores (neocons) que estavam em estado de latência despertaram e fizeram questão de indicar que tanto o governo Clinton quanto o posterior, de Bush foram fracos em relação a segurança nacional.

O governo Bush reavivou o consenso social e nacional, concentrando iniciativa político-estratégica e ideológica, fazendo-se valer do medo enquanto principal componente deste consenso, iniciando assim o período de revolução. Os Estados Unidos estavam novamente em guerra pela democracia e a previsão era de uma longa batalha longa contra o terrorismo, um inimigo de difícil caracterização, menos definido e sem a sistemática comum aos inimigos anteriores que a América já havia enfrentado (PECEQUILO, 2008).

As primeiras ações do governo Bush foram relativamente simples, ocorreu o endurecimento de política doméstica e restrição de liberdades civis e sociais, tais

com o *Ato Patriota* que aumentava o poder do governo em relação as possibilidades de investigação do governo sob os cidadãos comuns por meio de métodos invasivos, e mais a criação de um Departamento de Segurança Doméstica, e por fim, um aumento no investimento direto nas agências CIA e FBI.

No âmbito internacional os EUA estavam travando uma “guerra justa” contra aqueles que poderiam ataca-los, então deram inicio a Operação Liberdade Duradoura no Afeganistão, isso tendo ainda o apoio da ONU e também da comunidade internacional, o conflito militar contra país classificado como Estado falido, e que teria patrocinado a Al-Qaeda de Bin Laden.

A sensação de que as coisas estavam fáceis foi fatalmente favorecida pela unanimidade silenciosa, e evidentemente sucesso militar rápido no Afeganistão. Os neoconservadores sentiram-se amparados por estas tendências, e fortalecidos a ponto de lançar a premissa do “Eixo do Mal”, de que faziam parte Iraque, Irã, Coréia do Norte, Síria e até Cuba, com essa atitude os EUA estavam abrindo caminho para a Doutrina Bush (HOBSBAWM, 2007).

Esta doutrina personifica o auge do ideário neoconservador, consolidando a revolução estratégica de quebra do Internacionalismo Multilateral, não sendo produto unicamente do terrorismo.

Mesmo sendo anunciada como novidade, a guerra ao terror utilizava os métodos clássicos de intervenção, ataque a Estados, sem levar em consideração sua multidimensionalidade social, cultural, política e econômica, e de sua natureza assimétrica. É preciso lembrar que 11/09 não foi algo exclusivo de Bush, ou que remetesse somente ao seu governo, aquele atentado esteve relacionando a um processo histórico que se formava bem antes dos anos Bush, o ataque apresenta um caráter de contestação hegemônica, aprofundado pela exclusão da globalização e do neoliberalismo, associado à inexistência de reformas estruturais nas relações entre os Estados.

A nova estratégia de segurança superava em muito a premissa da contenção, tinha como ponto de partida o princípio que o “único caminho para a paz é o caminho da ação”. A principal ameaça era representada pela conjugação entre os Estados bandidos e os falidos, a proliferação de armas de destruição em massa e o

terrorismo fundamentalista islâmico, eliminando suas raízes pela mudança de regime. A prioridade é a Eurásia. A cooperação é possível, porém não é necessária (CERQUEIRA, 2004).

Num segundo plano encontram-se a interdependência, temas de *soft power* como economia e negociações, direitos humanos, meio ambiente. Regimes e tratados devem ser submetidos aos critérios de segurança, ocorrendo até a revisão da doutrina nuclear, que demonstra uma possibilidade real de utilização deste elemento definitivo.

A invasão e o estado de guerra no Iraque foram a primeira aplicação prática desta doutrina. O Iraque era um inimigo dos neoconservadores a muito tempo, desde o fim da Guerra Fria, e representava uma chance de dar como superada a crise do poder militar da Guerra do Vietnã.

Vale ainda ressaltar que a retórica anti-terrorista servia de justificativa para a tomada de ações em outros continentes, como a América Latina, a África e a Europa. A implantação do sistema de escudo antimísseis apesar das objeções de Rússia, China e aliados europeus, os reforços dos laços da OTAN, servem como exemplo disto.

Mesmo sem o apoio internacional, Bush iniciou uma operação militar no Iraque em Março de 2003. Desconsiderando o Conselho de Segurança da ONU e contando unicamente com o apoio da Grã-Bretanha de Blair e algumas outras nações menores, com isso Bush reforçou a imagem unilateral, opondo-se à França, Rússia e Alemanha. Os norte-americanos em sua maioria apoiaram a guerra, com poucos protestos devido ao temor e à justificativa de que o Iraque teria sem seu poder ADMs e colaborara com a Al-Qaeda para o 11/09, estas acusações mais tarde se mostrariam infundadas (GRAY, 2007).

Após um período, as falhas cometidas, de forma intencional ou não, diminuiriam significativamente a popularidade do presidente e de seu governo como um todo, assim como os escândalos de Abu Graib e Guantanamo de tortura e violação de direitos humanos e de favorecimento de empresas como a de Halliburton reconstrução e exploração de petróleo no Iraque ligada a Cheney. Assim a presidência começava a perder a blindagem construída às custas do 11/09,

somasse a isso o prolongamento da Guerra no Iraque, tendo fracassado na transição política e intensificado a guerra civil, a reestruturação dos talibãs no Afeganistão, situações que permanecem ainda hoje sem solução, já sinalizavam na época dificuldades para a reeleição em 2004.

Ainda assim, frente ao medo de novos atentados terroristas e a ausência de força e propostas democratas, Bush se reelegeu, tendo maioria do Legislativo, algo que já ocorrera nas eleições de 2002, e nos governos estaduais. Os neoconservadores mantinham o controle da máquina política. Todavia, como ocorrera outras vezes, a vitória de Bush se deu com uma maioria frágil que não lhe garantiria total apoio, caso acertos no rumo não fossem tomados.

Os acertos necessários não vieram e Bush apenas reforçou seu núcleo de poder, ao passo que a economia se desacelerava acentuadamente e o número de mortes no Iraque aumentava. Powell, a voz dissonante da administração foi substituído por Rice no Departamento de segurança. Gerando mais polêmicas no governo já bastante afetado, e contrariando os republicanos mais moderados e também os democratas, Rumsfeld foi mantido no cargo, e Alberto Gonzalez, que havia sido citado ao lado de Rumsfeld em acusações de tortura, foi promovido a Secretário de Justiça.

A Carta da ONU prevê quatro situações onde os Estados podem utilizar a força, primeira se da no exercício da legítima defesa individual ou coletiva. A segunda exceção relatada na Carta da ONU tem como fundamento as ações coletivas para a manutenção da paz. O terceiro ponto é relativo a luta dos povos no quadro do exercício de seu direito à autodeterminação e finalizando a última das quatro possibilidades se da nas intervenções coletivas por motivos humanitários ou de humanidade (CARTA DA ONU).

A Carta da ONU é que atribui função de manutenção da paz e da segurança internacional ao Conselho de Segurança, sendo essa a entidade, perante a comunidade internacional, detentora da legitimidade na promoção da paz mundial. Sendo assim, em virtude da vigência da Carta das Nações Unidas, não seria possível admitir que um Estado recorra à força sem que as suas ações sejam devidamente analisadas e aprovadas pelo Conselho de Segurança.

Seguindo esta lógica se um Estado vir a utilizar seu poderio bélico, mesmo que em uma situação permissiva, deve fazer segundo os ditames do Conselho de Segurança, ou correrá risco de passar por agressor perante a comunidade internacional. Tendo isso em vista os Estados Unidos da América elaboram a National Security Strategy of the United States e levantam a tese da guerra preemptiva, a fim de valerem-se da força contra organizações terroristas e inimigos dos EUA, sem caírem na figura do agressor (CERQUEIRA, 2004).

Sistematizando as reflexões apresentadas, pode-se perceber os efeitos e dilemas gerados pela presidência Bush. Para poder lidar com este cenário, e com o relacionamento bilateral com esta nação, uma vez que a interação de seus problemas domésticos e internacionais afeta sua credibilidade, agenda e eficiência, é essencial identificar, as tendências de curto e médio prazo dos atuais desafios norte-americanos, na dimensão interna e externa.

Quanto a dimensão Interna, bipartidarismo, polarização e perda de identidade partidária. O governo Bush nos seus dois mandatos, caracterizou-se pelos extremos, aumentando a distância entre grupos políticos, sociais, ideológicos e religiosos. Para os democratas, a situação é mais grave. Enquanto parte do partido defende a manutenção da linha secular, de atenção às minorias, alguns têm feito concessões, evitando debates controversos e se aproximando da direita (NYE, 2002).

Outro ponto que pode ser analisado refere-se as transformações socioculturais e populacionais, ocorre o aumento da influência e presença das minorias, alterando o equilíbrio das forças. Diminui o domínio anglo-saxão protestante e dos movimentos tradicionais. O empobrecimento, a desigualdade da distribuição de renda, indústrias e setores pouco competitivos afetam o mapa nacional e a posição em negociações. O declínio econômico, os EUA estavam perdendo espaços para os competidores europeus e asiáticos, apresentando um crescente déficit público e comercial.

Quanto as dimensões externas um fato que preocupa e a possibilidade de ocorrer uma desconstrução hegemônica, desestruturação das redes de influência e exercício da hegemonia, o que a distancia de seus parceiros e atribui mais ônus a suas tarefas. A diminuição de credibilidade e legitimidade são efeitos diretos, tanto quanto o aumento do vácuo de poder e da instabilidade internacional.

Adoção de doutrinas preventivas e unilaterais, a perda de credibilidade, associada à doutrina preventiva geraram resposta similar nos demais países que passaram a também garantir meios para autodefesa (NYE, 2002).

Os estados necessitam de meios para se proteger e agregar benefícios. Esta tendência é reforçada pela transição à multipolaridade e a dificuldade que os EUA têm de reconhecer e absorver parceiros regionais do mundo desenvolvido e em desenvolvimento. No período da reforma Bush-Clinton, este elemento foi escasso. De forma negativa, estes ensaios e as alianças de geometria variável podem confrontar a hegemonia, enquanto, de maneira positiva, levariam a uma reforma estrutural no cenário.

Outro ponto da dimensão externa que afeta os EUA trata da reforma ou até do definhamento das OIGs, a ausência de reforma, de tratamento igualitário, reciprocidade, a interferência da política doméstica, a bilateralização e atitudes unilaterais levam a uma perda de relevância e consistência das OIGs. As dificuldades experimentadas para a reforma do Conselho de Segurança e nas negociações da Rodada Doha da OMC resultam destas deficiências de atualização, legitimidade e representatividade.

De múltiplas dimensões e complexas formações, estas tendências compõem o legado da Era Bush, que se iniciou com contornos épicos, acentuados pelo 11/09, mas que buscou construir o presente (e o futuro) a partir de uma visão de passado. Um passado recente descolado das realidades de um sistema em mudança, tendendo à multipolaridade e que se renova. Em descompasso com o cenário que construiu, e com seus valores e modelos, a América fragmenta-se e oscila internamente, diminuindo sua capacidade de liderar e manter-se a frente de seu tempo Duroselle afirma que todos os impérios perecem, e constantemente o fazem de dentro para fora. Os EUA enfrentam então seu maior desafio, o da união nacional e da projeção internacional, enquanto o mundo caminha em outra velocidade, alternando dinâmicas de regressão e progresso.

#### 4 Os anos Obama de 2008 à 2012

Na corrida presidencial de 2008 o ponto mais fraco dos republicanos inicialmente era exatamente a política externa, mas não era nada que os estudiosos apontassem como algo capaz de debilitar ou inviabilizar a candidatura de John McCain, senador do Arizona de família tradicionalmente militar.

Os democratas optaram pela renovação, um jovem professor universitário de nome Barack Obama, especializado em direito constitucional, filho de queniano e de norte-americana, senador por Illinois em primeiro mandato foi a escolha do partido. Retoricamente habilidoso, ele apontou claramente as falhas do país, enfatizando a segunda Guerra do Golfo, que havia sido deslegitimada diante da comunidade internacional.

Os democratas voltaram à Casa Branca, cientes da situação desfavorável que fora herdada, mesmo sabendo que foram elas as responsáveis pelo seu êxito. Entretanto ao invés de se aproveitarem da oportunidade singular, os democratas a desperdiçaram, por tibieza ou inexperiência, e não poderão mais atribuir a responsabilidade política a seus opositores quando do pleito presidencial em 2012 (SALATINI, 2012).

Com o slogan: “Yes, we can” Obama chegou ao poder no entanto, as condições políticas e econômicas herdadas pelo novo presidente resultaram em um governo que teve que lidar com uma crise estrutural desde se início. Os déficits gêmeos, em grande parte, oriundos das guerras no Oriente Médio, a taxa recorde de desemprego para os EUA e, recentemente, a necessidade de elevação do teto da dívida americana, que contribuiu para expor a crise política interna do país, culminou com o rebaixamento da nota de risco dos papéis americanos de AAA para AA+ pela *Standard & Poor's*.

Muitas incertezas na estratégia de barganha realista se mostram ao país hoje por meio de impasses, como a retirada das tropas do Oriente - médio, o fechamento da prisão de Guantánamo e a primavera árabe. Paralelamente a isto, os principais parceiros e cooperadores dos EUA também mergulham em seus próprios problemas, como na Europa que a crise econômica é latente, enquanto os fenômenos naturais prejudicaram outro aliado tradicional dos EUA, o Japão.



A estratégia norte-americana demonstrou novamente sua flexibilidade e resolveu investir na recuperação de um discurso liberal e institucionalista, aparentemente deixando em segundo plano a linha dura adotada anteriormente, passando a defender mais uma vez a necessidade de interlocução com o mundo emergente. A maneira mais fácil de constatar isso foi através da *National Security Strategy* (Estratégia de segurança nacional) de 2010, seria a Doutrina Obama, que defendia quatro vertentes de cooperação em torno das quais os EUA pretendem se dedicar nos próximos anos: “a necessidade de resolver problemas transnacionais, o aprofundamento de novas instituições internacionais econômicas, a necessidade de estabelecer relações bilaterais com as três futuras grandes potências – China, Índia e Rússia, e a renovação dos laços transatlânticos como pedra de toque da relação dos Estados Unidos com o mundo” (SOLLER, 2010).

O que ocorreu na prática foi que Obama reconheceu, em 2010, a legitimidade do G-20 e deixou a cargo deste grupo a responsabilidade de buscar meios para o contorno da crise econômica. Simultaneamente, deu continuidade ao diálogo estratégico iniciado entre China-EUA, além da participação nas discussões sobre as divisões de cotas no FMI e Banco Mundial. O presidente foi além, anunciou em 2010 uma parceria com a Índia, e um investimento inicial de 10 bilhões de dólares em acordos, quando definiu as relações entre norte-americanos e indianos como uma das “definidoras e indispensáveis parcerias do século XXI”. Ao visitar o Brasil, Obama mais uma vez fez menção a nova realidade geopolítica global.

Recentemente, em 2011 Obama proferiu um discurso histórico no Parlamento britânico, onde veio a reconhecer a importância das novas potências mundiais, ao mesmo tempo em que reforçou o compromisso em preservar a hegemonia norte-americana. Em suas palavras, “há quem acredite que tal crescimento [dos emergentes] virá junto com a decadência inevitável da influência de nossos países no mundo. Há quem diga que essas nações são o futuro e nós, o passado, mas isso está errado. Esse argumento está errado. O tempo para a nossa liderança é agora”, reforçando a noção de que “as ameaças e os desafios exigem das nações que trabalhem em conjunto umas com as outras” (SOLLER, 2010).

Decorridas mais de quatro décadas desde o conflito armado no Vietnã e com novas eleições batendo à porta dos norte-americanos, a preocupação com a ordem

hegemônica permanece assentada como eixo central. Ainda assim não se sabe de que maneira os novos desafios devem se apresentar, nem se a tradicional estratégia de reação, baseada no modelo de dupla face liberal-realista, continuará sendo suficiente para acomodar os interesses insurgentes.

O Afeganistão, como ponto de inflexão e de discórdia, alvo de interesse pelas grandes potências, tem sua importância estratégica e econômica ressaltada desde os tempos pré-históricos, principalmente por controlar a “rota da seda”, a passagem do Kyber Pass, nas montanhas de Hindu Kush, a 4000 metros de altitude. O território já foi conquistado por Alexandre Magno no século IVa.c., posteriormente pelos árabes no século VII para depois ser devastado pelos mongóis no século XII e XIII. Somente em 1747 o país foi unificado por um líder afegão da dinastia Durrani, estabelecendo sua capital em Kandahar. No início do século 19, o conflito de interesses entre os imperialistas ingleses e os czaristas levou a novas lutas que terminaram com o controle da política externa daquele país pelos ingleses em 1879, com a preocupação de assegurar o caminho para as Índias.

No final do ano de 1979, o exército soviético invadiu o país, fato que levou a formação de um movimento de guerrilheiros – os mujaheddin – estes foram armados pelos norte-americanos para combater os soviéticos, que aqui eram vistos como inimigos em comum, numa chamada “guerra santa”, as conseqüências se arrastam até hoje em dia. Milhões de afegãos fugiram do país para o Irã e o Paquistão.

Passado uma década de conflito as tropas soviéticas abandonaram o Afeganistão, deixando a infra-estrutura do país arrasada e tão desastroso quanto foi a situação política, que ficou profundamente dividida por conflitos sangrentos entre tribos e facções rivais, entre as quais destacou-se o Talibã, movimento islâmico radical que passou a ocupar os espaços liberados pela retirada das tropas soviéticas.

Obama prometeu enviar mais 30.000 soldados para reforçar o contingente militar no país, isso em novembro de 2009, quando poucos avanços foram realizados. O plano agora era de um ataque que tiraria a iniciativa do Talibã e criaria um espaço para o governo de Hamid Karzai, o general Mc Christall era o responsável pela tarefa dos norte-americanos, porém a expectativa não se

confirmou. O distrito de Marja, escolhido para testar a estratégia, foi qualificado por Mc Christall como uma “úlceras sangrenta” (SALATNI, 2010).

O meio-irmão de Karzai Esperava-se a deveria ter sido demitido por envolvimento em casos de corrupção, mas ele permanece no comando de Kandahar, a segunda cidade mais importante do país. Fica para os americanos, portanto, o ônus de provar que a estratégia de contra-insurgência possa funcionar, após os estragos causados nos últimos anos. A entrevista desastrosa do general para os jornalistas de Rolling Stone revelou o abismo que separa os militares dos políticos do Congresso norte-americano e a falta de compreensão da História e das tradições culturais do país, dos dois lados.

A pergunta que fica era então se não seria mais racional retirar todas as tropas do Afeganistão, o objetivo inicialmente declarado de impedir Al Qaeda de encontrar um abrigo na fronteira com o Paquistão foi abortado com a expansão de um contínuo recrutamento de novos combatentes no Iêmen, Somália e no Paquistão que encaram os atentados e a resistência como atos heróicos, o que parece inviabilizar uma vitória decisiva no Afeganistão. Mas abandonar o país levaria ao desastre de uma guerra civil capaz de envolver os países vizinhos, inclusive o Irã, Paquistão, Índia e Rússia. A derrota seria percebida no mundo como sinal de fraqueza e de humilhação dos Estados Unidos e do ocidente. Ademais, há uma obrigação moral, após a invasão e destruição de grande parte do território, de restituir o país à sua população em condições mínimas de funcionamento e livre da dominação cruel do Talibã (WRIGHT, 2007).

O general Mc Christall e seus oficiais manifestavam abertamente seu pessimismo quanto à possível retirada das tropas no final de 2010 e o desfecho geral do conflito no Afeganistão, numa situação bastante similar à do Iraque. Veio então a nomeação do general David Petraeus, como comandante chefe das tropas aliadas que traria novo animo e reavivaria a esperança de sucesso na contra-insurgência. A maioria da população nos distritos mais afetados pelas atividades do Talibã está contra o governo de Hamid Karzai, mas também se mostram contra a presença dos militares norte-americanos e seus aliados (ESN, 2010).

Washington exigiu de maneira tardia a revisão dos casos de prisioneiros que foram feitos e de maus tratos aos mesmos, os responsáveis pelas atrocidades foram

punidos e ordens de exigem, tardiamente, a revisão dos casos de prisioneiros feitos. Contudo, o presidente Obama prometeu num primeiro momento começar a retirada das tropas em julho de 2011, a estratégia de retirada foi revista posteriormente e a mesma ficou mais distante prevista para meados de 2014 (ESN, 2010).

Os conflitos entre as tribos locais aumentam em número absoluto e em frequência, e a onipresença do Talibã se faz sentir em todo o país através de ameaças e assassinatos constantes daqueles que colaboram com as autoridades de Kabul. O questionamento de até que ponto esta situação desastrosa e insegura leva os afegãos a juntar-se aos Talibãs é uma incógnita presente nas pautas norte-americanas. Em suma, a situação se torna precária a ponto de mostrar poucas chances de alguma melhora em médio prazo.

Por este motivo é que há cada vez mais vozes nos EUA, e nos países europeus que compõem a OTAN que exigem um acordo negociado para o término do conflito. Correm, também, boatos sobre manobras diplomáticas entre líderes afegãos e paquistaneses visando um acordo de paz separado, deixando de fora as tropas da OTAN e norte-americanas. Mas os Talibãs não estão com pressa para negociar, sua posição na atual na região é forte e o melhor que se pode esperar é enfraquecê-los o suficiente para consentirem sentar-se à mesa de negociações. O general Petraeus teria fundamental importância nesse processo.

Obama prometeu conduzir a “guerra justa” no Afeganistão, diferentemente daquela mal justificada travada no Iraque, sob a premissa de encontrar armas de destruição em massa. Porém, como celebrar a paz após a invasão do país, tendo destruído praticamente toda sua infraestrutura, matando inúmeros civis, atingindo escolas e hospitais e causando a fuga de milhões de pessoas. E assim como ocorreu no Iraque o Afeganistão ficaria profundamente dividido por conflitos entre etnias, tribos e bandos armados, inclusive o Talibã, permanecendo ainda muito longe de uma sociedade pacificada e organizada (HOBSBAWM, 2007).

As lições que os EUA e o restante do mundo podem tirar tanto do Iraque quanto do Afeganistão são claras, embora a potência militar e econômica tenha uma recusa em admiti-las, as guerras convencionais focadas na superioridade bélica traduzida em armamentos sofisticados não são instrumentos adequados para vencer a luta contra guerrilheiros que não fazem parte de um exército de um Estado

específico, estes guerrilheiros em boa parte contam com o apoio da população sofrida pelas invasões das últimas décadas (FLYNN, 2008).

Frente aos insuficientes resultados obtidos em solo afegão e, indiretamente, paquistanês e também iraquiano o presidente Obama teve a sua oportunidade de encerrar a era das guerras republicanas, visto que nenhum dos objetivos propostos anteriormente havia sido plenamente atingido, como a eliminação política do Talibã e contenção do terrorismo fundamentalista.

Entretanto, a acomodação do democrata levou ao continuísmo nas linhas gerais da política exterior dos EUA para o Oriente Médio e suas adjacências durante a primeira metade do mandato. Pequenas diferenças surgiram em relação a prazos ou a formas de execução, mas nada de concreto que evidenciasse uma quebra de padrão. Ainda assim, não houve de início uma posição de divergência quanto à extensão da permanência no Iraque e no Afeganistão.

A retirada das tropas não significaria uma saída total, unidades de elite permaneceriam em territórios de maneira indefinida. O aguardado retorno dos efetivos deveria ser executado em escala gradual, porque o governo afegão e o iraquiano não teriam condições adequadas para assumir plenamente a segurança de seus respectivos territórios e o combate ao terrorismo de origem fundamentalista (RUDZIT,2005).

O Afeganistão tem importância na política externa norte-americana em virtude do fato de o país ser considerado o centro recente do terrorismo integrista. Eis a razão principal por que Washington resiste em retirar-se do país, apesar dos seguidos revezes sofrido ao longo de quase uma década de guerra.

Desde o início da ocupação, muitos analistas internacionais divergem sobre os motivos do insucesso, se teria sido a incapacidade militar ou a falta de apoio da população local, abalada por confrontos quase contínuos há mais de três décadas.

Contando com a colaboração mínima dos afegãos, a postura do eixo norte-atlântico assinala-se por pouca inventividade, a opção encontrada tem sido a de enviar um maior número de efetivo, a um custo proporcionalmente cada vez maior. O descrédito da presença ocidental em território afegão decorre da frustração com o processo de recuperação e de integração à sociedade internacional, a globalização

virtuosa por meio da qual a sociedade local se modernizaria não ocorreu. Portanto, não houve o fluxo aguardado de investimentos e o país continua sem a infraestrutura adequada para uma recuperação do território e um estímulo ao desenvolvimento local (ZAKARIA, 2009).

A troca de poder do Talibã para a Aliança do Norte não sugeriu a transformação da sociedade afegã, os estrategistas do governo Bush acreditavam que a fixação de um governo secular por si promoveria a modernização, ao encerrar disputas internas e ao conectar o país a diretrizes ocidentais. No fim, a perspectiva de modernização ao estilo ocidental de Washington mostrou-se ineficaz, ao ignorar a profundidade do enraizamento de determinados hábitos na dividida sociedade afegã, vinculados a antigas identidades étnicas e religiosas.

O primeiro ano de Barack à frente da Casa Branca limitou-se a resignação de sua política externa, ao sustentar as linhas gerais de seu antecessor, George Bush. Na teoria, os democratas passariam a dedicar mais esforços à política externa somente no segundo ano de mandato. Porém o atraso na manobra piorou o problema, porque os custos militares agravaram-se proporcionalmente, uma vez que a crise econômica de 2008 havia drenado recursos significativos para o setor financeiro. Assim, o estado indefinido de guerra é posto em xeque.

A ação militar pouco eficiente levou Washington a recorrer de maneira acanhada a outros meios, um deles tem sido o aliciamento de líderes locais, através da ocupação de cargos no governo ou de participação na execução de serviços em um país onde o desemprego é alto (Khalizad, 2010).

O Pentágono insiste na via militar propondo a reestruturação do tamanho das tropas. Outra dúvida que surge seria para qual finalidade ela se endereçaria, se direcionada à expulsão ou eliminação total da resistência, o número de soldados teria de ultrapassar os seis dígitos e teria um custo muito alto. Mesmo assim, os investimentos militares no país não terminam, em 2010, o Pentágono estimou gastar mais de um bilhão de dólares na reforma de suas instalações.

Com a chegada dos democratas à Casa Branca, a questão afegã tornou-se mais complexa, por dois fatos, a possibilidade de a confrontação atingir territorialmente o Paquistão, área fronteira em que circulam os insurgentes, e a

necessidade de dedicar de modo momentâneo maior atenção à economia, tendo em vista os efeitos deletérios da crise de 2008 em todo o planeta. Na visão do governo democrata, o problema da política externa no passado não teria sido a inação, mas a ineficiência da aplicação das medidas. Diante do diagnóstico, o viés militar tem sido considerado o mais oportuno, a despeito de certo descontentamento da opinião pública (HOBBSAWM, 2007).

Um impasse havia se instaurado, o período de permanência das tropas anglo-americanas em solo afegão já passava de três mil dias, com um custo diário de milhões de dólares, sem perspectiva remota de vitória, um tempo muito superior ao gasto durante a Segunda Guerra Mundial, quando as tropas enfrentaram as mais poderosas forças armadas da Europa.

Recentemente a Casa Branca comunicou à opinião pública outro modo de justificar sua permanência no Afeganistão, a econômica, ao tornar público o imenso potencial mineral do país, lítio, cobre, cobalto, ouro, ferro, entre outros. O valor estimado chegaria a centenas de bilhões de dólares. A alusão à inexplorada riqueza expôs de maneira involuntária o comportamento confuso de Washington naquela região ora é o combate ao terrorismo, ora é a proteção de minorias étnicas ou religiosas, agora é a exploração futura de um patrimônio mineral. À distância, acompanham o desdobrar da situação caótica os republicanos, prontos para explorar de forma intensa as contradições políticas dos democratas na campanha presidencial de 2012.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de diversos aspectos da política e da economia norte-americana permite concluir o trabalho até aqui desenvolvido. A origem da crise econômica não foi alvo primário de pesquisa, porém, fez parte constituinte do trabalho como pano de fundo já que a mesma crise começou a dar sinais claros de sua existência durante o primeiro mandato do presidente Bush, e as ações deste em relação ao Oriente Médio influenciaram evidenciadamente no agravamento da crise e na construção do cenário atual. A hegemonia norte-americana havia sido colocada em xeque, agora diante dos olhos dos próprios americanos, o Estado entraria novamente em guerra, e as modificações que esta guerra sofreu em pouco tempo também colaboraram para que este período de pouco mais de uma década apresente características particulares e de profunda relevância na história mundial.

O período Bush começou no primeiro mandato do presidente, onde não se via perspectiva de continuidade para o texano na casa branca. Entretanto com o advento do 11/09 uma guinada ocorreu nos rumos daquele país, o atentado terrorista permitiu a Bush e sua equipe a possibilidade de mostrar seu lado mais conservador e partir para uma nova guerra. A guerra ao terror que foi travada pelos EUA começaram com a bem sucedida operação de invasão do Afeganistão, o que deu força e ânimo aos neoconservadores para implementarem a Doutrina Bush, esperando que esta obtivesse o mesmo êxito da anterior. Os fatos seguintes ao ano de 2002 não saíram exatamente conforme o planejado. Bush encontrou uma resistência maior do que a esperada, o fato de ir a guerra contra um “inimigo invisível” era algo novo e dificultou o desempenho norte-americano, tornou esse período um dos mais sangrentos em que os EUA já havia atuado. No segundo mandato de Bush, a oposição mundial começou a manifestar-se contrária ao posicionamento dos EUA, o anti-americanismo era crescente e a situação dos embates no Afeganistão e Iraque não terminara, a busca por ADMs no Iraque foi inconclusiva, de saldo somente um país devastado e a queda de Saddam Hussein. Fatos que para muitos estudiosos não teria ajudado na recuperação da estabilidade local.



O período do governo de Obama que começava em 2008 começou com muitas incertezas e apostas, a economia fragilizada nos EUA e a crise na Europa eram desafios iniciais ao novo Presidente. A expectativa de mudança trouxe uma carga muito grande ao governante, a população daquele país e a também a população mundial esperavam mudanças claras e contundentes, porém as mudanças não ocorrem da noite para o dia. A prometida retirada das tropas americanas do Oriente Médio teve que ser atrasada, reprogramada, não fugindo dos planos mas também não sendo prioridade. Em um dado momento a política externa como um todo acabou ficando relegada ao segundo ano do governo, pois o momento era delicado internamente e necessitava de todo empenho e articulação do novo governante. Em dezembro de 2009 na contra-mão da retirada Obama promete enviar mais 30.000 soldados para reforçar o contingente. Em 2010 Obama tenta rever a estratégia, troca seus generais e aposta em cenários mais promissores, a captura (e execução) de Bin Laden acalentaram uma parte dos críticos e deram algum respaldo a população norte-americana.

Os dois presidentes tiveram atitudes distintas em suas campanhas eleitorais e também posteriormente quando já na casa branca. Bush deixou aflorar a linha conservadora pela influência de seu partido manifestada pela presença dos falcões nos bastidores do governo, além do fato dos atentados que permitiram a tomada de decisões que só poderiam ser aceitas nestas condições. Bush colocou o país numa guerra que não teve como acabar, fez a guerra a maneira clássica conta um inimigo que não era um Estado, o insucesso foi tal que perdurou e continua até o governo atual. Os gastos gerados pela guerra superam em muito a movimentação financeira positiva ao país. A frágil economia não resistiu, o abalo foi sentido e necessidade de mudança resultou na troca de linhas no governo, saíram os republicanos e assumiu o democrata.

Obama quando assumiu a chefia de Estado prometendo mudanças a toque de caixa não logrou êxito, pelo menos não de imediato. O que se viu foi muito de continuidade em matéria de política externa, na prática conferiu mais poder ao G-20 deixando a cargo destes a busca por uma saída da crise econômica que assola a Europa. No caso de Afeganistão e Iraque a continuidade foi tamanha que inclusive aumento nas tropas ocorreu, Obama pode sentir na pele a dificuldade de guerrear contra um inimigo descaracterizado, a maneira de se combater esse inimigo tem que

mudar para que se veja alguma possibilidade de uma saída da região sem deixar uma instabilidade muito grande. O Afeganistão que teve como promessa um guerra “justa” ficou devastado, infra-estrutura quase inexistente, o número de civis mortos foi altíssimo para uma ação militar, a instabilidade no país é grande com disputas tribais pelo controle político, a retirada dos americanos deverá ocorrer de forma gradual e para uma maior chance de sucesso um acompanhamento na reconstrução se faz necessário. O que podemos ressaltar com o trabalho é que a linha de continuidade foi mais seguida do que a de ruptura proposta por Obama, não que a mudança não esteja ocorrendo, ela está porém ainda não se concluiu, a perspectiva que a pouco era desacreditada, de continuidade de Obama na casa branca, agora já se vê como uma nova possibilidade, aos poucos a economia esta retomando seu curso, e assim o foco voltará provavelmente a política externa, havendo um segundo mandato de Obama este certamente terá mais ações nesta linha. A possibilidade de mudança novamente do poder para os republicanos não está descartada nem desacreditada.

## 6 REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **Pensar a Guerra, Clausewitz: a era européia**. 1 Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- ARRAES, Virgílio. **Estados Unidos: O acaso na guerra afegã**. São Paulo: Carta Internacional, 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- Brasil: **CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS**. San Francisco, 1945. Disponível em: [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_carta.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php)
- BUSH, 2003. Disponível em: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/01/20030128-19.html>.
- BUZAN, Barry . **The United States and the great powers: world politics in the twenty-first century**. Polity Press, Cambridge, 2004.
- BUZAN, Barry. **Common security, non-provocative defense, and the future of Western Europe.**, 1987.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**, Cambridge/New York, Cambridge University Press, 2003.
- CERQUEIRA, Daniel. **A intervenção americana e britânica no Iraque: uma análise sobre a sua legalidade e efeitos nas relações internacionais**. São Paulo, 2004.
- CLAUSEWITZ, C. von. **Da Guerra**. 2 ed., São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, **Conjuntura estatística**, p.XV. vol.53, n.1, 1999.
- FLYNN, Matthew. **First Strike: preemptive war in modern history**. Routledge, 2008
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História?** São Paulo, 1989.
- HAAS, Michael. **International subsystems: stability and polarity**. American Political Science Review, 1970.

- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- HUNTINGTON, Samuel P. **America's changing strategic interests**. Survival, London 1991.
- HUNTINGTON, Samuel. **O Choque das Civilizações**. 1994.
- KEEGAN, John. **Uma história da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LIMA, L. P. **Terrorismo, doutrina Bush e a estabilidade do sistema internacional**. Revista Fronteira, Belo Horizonte, 2005.
- LIEBERMAN, Robert C. **The Politics of United States Foreign Policy under Barack Obama**. 2009.
- MEARSHEIMER, John. **A tragédia das grandes potências**. Lisboa: Gradiva, 2007
- MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great Power politics**. W. W. Norton & Company, 2001.
- MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**. Universidade de Brasília, 2003.
- MAHBUBANI, Kishore. **If the World Could Vote**. Newsweek International, 2008.
- NASSER, Reginaldo; TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **A Doutrina Bush e a construção de uma ordem liberal?** São Paulo: Hucitec, 2010.
- NSC, National Security Council. **National Security Strategy For the World We Seek**. White House: National Security Council, 2010.
- NYE, J. **The Paradox of American Power. Why The World's Only Superpower Can't Go It Alone**. Nova York, Oxford University Press. 2002.
- NYE, Joseph. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002.
- PECEQUILO, Cristina S. **A Política externa dos EUA: continuidade ou mudança**. UFRGS: CEBRI, 2003.
- RATTNER, Henrique. **Obama e o Oriente Médio**. São Paulo: Espaço Acadêmico, 2009.
- KEOHANE, Robert. **Neorealism and its critics**. Columbia University Press, 1986.

RODRIGUES, Thiago. **Guerra e política nas relações internacionais**. São Paulo, 2010.

RUDZIT, Gunther. **O debate teórico em segurança internacional, Mudanças frente ao terrorismo?** Editora da USP, 2005.

SALATINI, Rafael. **Hobsbawn e a Era Bush**. Brazilian Journal of International Relations, 2012.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

United States: **THE NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA**. Washington, DC: NSS, 2006. Disponível em: <[www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/nss2006.pdf](http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/nss2006.pdf)>

United States: **THE NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA**. Washington, DC: NSS, 2002. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>>

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

WALTZ, Kenneth N. **The origins of war in Neorealist Theory**. *The Journal of Interdisciplinary History*. Cambridge, MA. 1988.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Mc Graw Hill, 1979.

WRIGHT, Lawrence. **O Vulto das Torres**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano**. Companhia das letras, 2008.